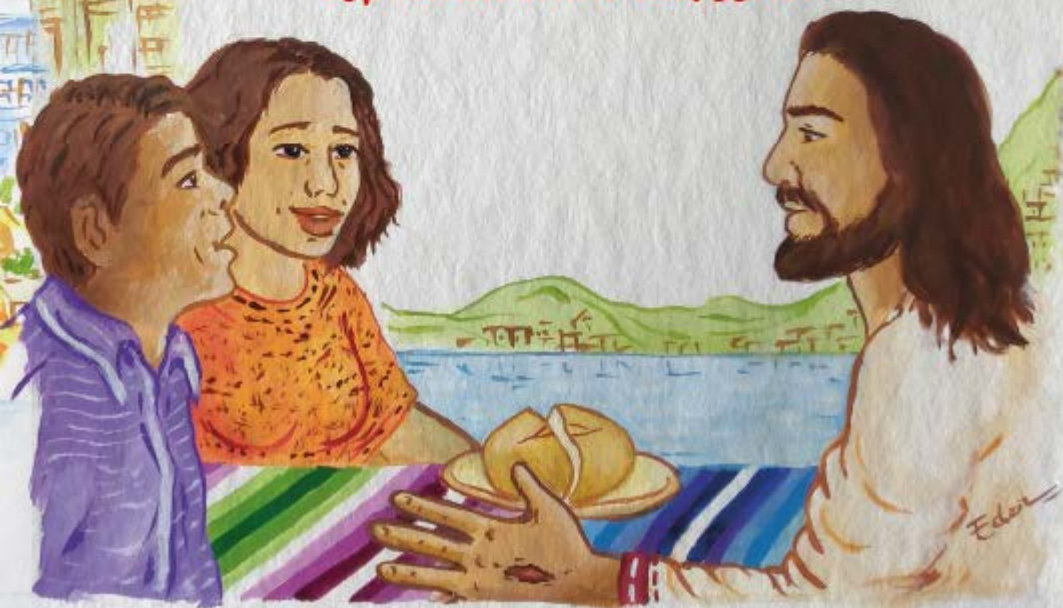




CNLB

CONSELHO NACIONAL
DO LAICATO DO BRASIL

*Vocação, identidade,
espiritualidade e missão.*





*Vocação, identidade,
espiritualidade e missão.*

CRÉDITOS

CONSELHO NACIONAL DO LAICATO DO BRASIL – CNLB

Organismo do Povo de Deus da Igreja no Brasil

Brasil, 2025

Presidência 2022-2025

Sônia Gomes de Oliveira – Presidente

Vanda Maria de Carvalho Lima – Vice-Presidente

Marcio José de Oliveira – Secretário-Geral

Patrícia Gil Cabral – Secretária Adjunta

Adriano Massariol Pacheco – Tesoureiro

Rejane Teixeira Gaia – Tesoureira Adjunta

Organização e texto

Eder D’Artagnan Ferreira Guimarães

Marcio José de Oliveira

Revisão

Dom Giovane Pereira de Melo – Presidente da Comissão Episcopal para o Laicato

Ilustrações e capa

Eder D’Artagnan Ferreira Guimarães

Diagramação

Jackson Williams

Contatos

secretaria.cnlb@gmail.com

www.cnlb.org.br

Sumário

Apresentação.....	05
Orientações gerais.....	08
1. O laicato na Igreja Povo de Deus.....	10
2. No caminho de uma Igreja sinodal.....	16
3. A vocação dos cristãos leigos e leigas.....	22
4. Cristãos leigos e leigas: Sujeitos Eclesiais.....	28
5. A missão dos cristãos leigos e leigas.....	34
6. A espiritualidade dos cristãos leigos e leigas.....	40
7. O que é o CNLB? Natureza, missão e objetivos.....	48
8. A organização do CNLB.....	56
9. CNLB: Espaço de formação dos cristãos leigos e leigas.....	62
10. CNLB: Espaço de articulação de pessoas e organizações.....	68

ANEXOS

Anexo 1: A caminhada do laicato na Igreja do Brasil.....	74
Anexo 2: Carta de Princípios do CNLB.....	88
Anexo 3: Estratégias de como organizar o CNLB.....	90
Anexo 4: Perguntas frequentes.....	94
Anexo 5: Organismos do Povo de Deus da Igreja do Brasil.....	98
Anexo 6: Organizações filiadas ao CNLB.....	99



Objetivo do CNLB 2022-2025

EVANGELIZAR

pelo anúncio da Palavra de Deus,
para que os cristãos leigos e leigas,
em suas diferentes expressões e carismas,
se reconheçam como sujeitos eclesiais,
discípulos missionários de Jesus Cristo,
fiéis à evangélica opção pelos pobres
nas periferias geográficas e existenciais,
no caminho de uma Igreja sinodal
e no cuidado com a Casa Comum,
a serviço do Reino de Deus.



Apresentação

Esta cartilha foi elaborada com o objetivo principal de ajudar as Arquidioceses a criarem seu Conselho de Leigos. Foi lindo ver como muitas delas, mesmo tendo o Conselho criado, aproveitaram a primeira edição como subsídio para a formação de suas lideranças. Precisamos de um laicato consciente de sua identidade, vocação e missão, vivendo a espiritualidade do seguimento de Jesus, para continuar sendo sal da terra e luz do mundo nas diversas realidades. Isso demanda formação permanente.

Para quem não teve a oportunidade de conhecer a versão anterior, reafirmo a alegria de ver a presença crescente dos cristãos leigos e leigas em muitos espaços da Igreja e da sociedade. Meu coração se aquece ao perceber como o CNLB tem crescido e contribuído para que os cristãos leigos e leigas ocupem espaços, defendam a vida, lutem pela transformação social, sejam o rosto vivo da Igreja no mundo, a partir de sua atuação nas comunidades, paróquias e dioceses do nosso Brasil.

Minha alegria é maior depois de ter tido a graça de participar do Sínodo sobre a Sinodalidade. O Papa Francisco trouxe um tempo de graça para a Igreja, e seu legado alimenta nossa esperança e nosso compromisso com uma Igreja comunhão, participação, missão. Esta perspectiva sinodal conduziu todo o trabalho de revisão do conteúdo desta cartilha.

Os encontros compõem um itinerário formativo para os cristãos leigos e leigas. Os primeiros encontros retomam a eclesiologia do

Concílio Vaticano II, reafirmada no Sínodo: Igreja Povo de Deus, sinal do Reino. Depois abordam a vocação, identidade, espiritualidade e missão do laicato na Igreja e no mundo. Os encontros seguintes falam do CNLB como organismo responsável pela organização, articulação e formação do laicato, em comunhão com os outros Organismos do Povo de Deus. Ao final, os anexos nos ajudam a conhecer a história do CNLB e sua Carta de Princípios. Também trazem dicas para articular o Organismo na Arquidiocese e nomeiam as organizações filiadas que fazem do CNLB um espaço de articulação, participação e comunhão.

Todo o material foi elaborado com muito carinho. A equipe teve o cuidado de abordar os temas em textos curtos e com linguagem acessível, sem perder a profundidade e a conexão com as realidades locais. As perguntas procuram favorecer o diálogo, a reflexão e a partilha. Ao final de cada encontro, sugerimos leituras de aprofundamento dos documentos 62 e 105 da CNBB, do Documento de Aparecida e do Documento final do Sínodo.

Mais que ajudar na reflexão sobre o laicato e o CNLB, este material quer nos provocar a abrir o coração às inspirações do Espírito e assumir o caminho de sinodalidade da Igreja. O Papa Francisco lembrou que a sinodalidade é uma experiência antiga, que vem do jeito de ser e viver das primeiras comunidades cristãs. A Igreja Sinodal significa um retorno profético à Igreja de Jesus: humana, acolhedora, compassiva, missionária, testemunha de comunhão, dos pobres, para os pobres e com os pobres, cuidando da vida nas periferias geográficas e existenciais.

Em fidelidade ao Evangelho de Jesus Cristo e ao legado de Francisco, continuemos nosso caminho de discipulado. Podemos nos inspirar em Maria Madalena, a primeira testemunha da ressurreição de Jesus. Ela sai sem medo anunciando a esperança e a certeza de que a vida vence a morte. Assim, nos ajuda a perceber como Jesus continua chamando a cada um e cada uma de nós, hoje. Então, vençamos o medo e deixemos o coração aberto para responder ao chamado de ser uma Igreja sinal do Reino, testemunha da alegria e da esperança, a Igreja de que esse nosso mundo precisa.

Que sigamos juntos, abertos ao que Deus quer de nós. Que Seu Espírito ilumine nossos corações e nossos passos no caminho de sinodalidade da Igreja. E que a Mãe Aparecida, rosto preto do povo brasileiro, seja nossa companheira na construção do Reino de Deus.



Sônia Gomes de Oliveira

Presidente do CNLB

Orientações gerais

Esta cartilha foi estruturada como um caminho de reflexão para os cristãos leigos e leigas. Para que alcance este objetivo, sugerimos que os animadores e animadoras tomem estes cuidados:

- Definam as datas de cada encontro e comuniquem aos participantes com antecedência, para facilitar a participação.
- Não tenham pressa. É importante fazer um processo de reflexão, ao invés de discutir todos os temas de uma vez.
- Leiam todo o conteúdo antes de começar os encontros.
- Criem um ambiente aconchegante, com imagens, flores, panos, velas, Bíblia, Documentos 62 e 105, Documento de Aparecida, Documento final do Sínodo...
- Preparem a oração inicial e o momento de encerramento.
- Dividam as responsabilidades: preparação do ambiente, condução do encontro, mediação das partilhas.
- O/a animador/a pode começar o encontro motivando comentários sobre os desenhos que abrem cada capítulo.
- Cuidem para que todas as pessoas se sintam à vontade para falar, participar das reflexões, expor o que pensam, serem escutadas.
- Estimulem os participantes a ler os trechos dos documentos

sugeridos ao final de cada encontro, em “Para saber mais”. Pode ser leitura individual, em casa, ou com outras pessoas, antes do próximo encontro.

- Anotem ideias e sugestões dos participantes para ajudar na organização do Conselho e na caminhada dos cristãos leigos e leigas na diocese.





1. O laicato na Igreja Povo de Deus

Quem são os cristãos leigos e leigas? É comum chamar de “leigo” alguém que conhece pouco ou nada sobre um assunto qualquer. Durante a maior parte da história da Igreja, os fiéis eram chamados de leigos significando o contrário do clero, pois se acreditava que somente os padres e bispos realmente conheciam as coisas de Deus e da Igreja. Isso mudou com o Concílio Ecumênico Vaticano II, que aconteceu entre 1962 e 1965, convocado pelo Papa João XXIII.

O Concílio reconheceu a Igreja como Povo de Deus. Segundo a *Lumen Gentium* (n. 31), o Povo de Deus é formado igualmente por:

- **Clero:** padres, diáconos e bispos se ocupam, prioritariamente, do sagrado ministério;
- **Vida Religiosa Consagrada:** os religiosos e religiosas testemunham a consagração a Deus para a missão da Igreja;
- **Laicato:** “o conjunto dos fiéis, com exceção daqueles que receberam uma ordem sacra ou abraçaram o estado religioso aprovado pela Igreja, isto é, os fiéis que – por haverem sido incorporados em Cristo pelo batismo e constituídos em Povo de Deus, e por participarem a seu modo do múnus sacerdotal, profético e real de Cristo – realizam na Igreja e no mundo, na parte que lhes compete, a missão de todo o povo cristão”.

Laicato, vida religiosa consagrada e clero, todos trazem em si a mesma dignidade cristã dada pelo batismo, que os torna membros da comunidade eclesial, Corpo de Cristo. Aos cristãos leigos e leigas compete, “por vocação própria, buscar o Reino de Deus, ocupando-se das coisas temporais e ordenando-as segundo Deus” (LG, n. 31). Por isso, são Igreja na família, na comunidade eclesial,

no trabalho, na economia, na política, na educação e cultura, em todos os espaços da sociedade.

Assim, cristãos ordenados, cristãos religiosos e religiosas consagrados e cristãos leigos e leigas têm características comuns, que os igualam na comunhão eclesial:

- A vocação cristã como chamado de Deus
- A missão de evangelizar
- A pertença à Igreja
- A dignidade de cidadãos do Reino, filhos e filhas de Deus Pai/Mãe

E têm, também, características específicas, que os diferenciam, identificam e confirmam a complementaridade das vocações e ministérios:

- A opção pela vida consagrada ou laical
- Os ministérios ordenados e as outras formas de serviço ao Reino
- O jeito de viver a vocação: na comunidade religiosa, na família, em grupos diversos
- A contribuição de cada um na missão evangelizadora da Igreja

O Papa Francisco insistiu em recuperarmos esse rosto conciliar da Igreja Povo de Deus: menos hierárquica e mais sinodal, menos clerical e mais servidora, menos autorreferencial e mais missionária, menos autoritária e mais participativa, menos fechada em si mesma e mais acolhedora a todas as pessoas, menos da fala e mais da escuta.

Francisco sinalizou um novo ecossistema eclesial:

- Uma Igreja comunhão, aberta, a serviço dos pobres, sinal do Reino, em saída para as periferias, disponível e servidora, comprometida no cuidado com a vida humana e da Criação;
- Uma Igreja sensível aos sinais dos tempos e aos apelos das pessoas, das realidades sociais, do planeta;
- Uma Igreja que se constrói em um caminho sinodal: na *missão* de gerar vida em abundância, na *participação* de todos os fiéis e no testemunho de *comunhão* entre o clero, a vida religiosa consagrada e o laicato.

As diferentes vocações e ministérios são complementares e necessários na vida da Igreja: “A missão evangelizadora da Igreja é realizada por todo o povo de Deus, com sua variedade de vocações e ministérios [...] que se harmonizam, sem confundir-se, na realização da tarefa comum” (CNBB, Doc. 62, n. 62). Toda vocação é um chamado de Deus, demanda uma resposta pessoal e convida ao discipulado missionário. A Igreja, que somos todos nós, é chamada a seguir Jesus sendo sinal do Reino de Deus nas realidades do mundo.

VAMOS CONVERSAR:

- O que mais chamou nossa atenção no texto?
- O Sínodo falou da urgência da conversão eclesial, para que a Igreja seja menos hierárquica e mais servidora e missionária. Quais são os desafios para que essa conversão aconteça?
- Que passos temos dado para contribuir com o caminho de sinodalidade da Igreja?

PARA SABER MAIS:

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. *Missão e ministérios dos cristãos leigos e leigas*. Documentos da CNBB nº 62. São Paulo: Paulinas, 2007. (Ler números 63 a 78)

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. *Cristãos leigos e leigas na Igreja e na sociedade*. Sal da terra e luz do mundo (Mt 5,13-14). Documentos da CNBB nº 105. Brasília: Edições CNBB; São Paulo: Paulinas, 2016. (Ler números 91 a 107)

XVI ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DO SÍNODO DOS BISPOS. *Por uma Igreja Sinodal: comunhão, participação, missão*. Brasília/DF: Edições CNBB, 2024. (Ler números 15 a 27)



2.

No caminho de uma Igreja sinodal



O Sínodo sobre a Sinodalidade, convocado pelo Papa Francisco, envolveu gente de todo o mundo em um processo participativo de escuta, diálogo e atenção aos sinais dos tempos. O Sínodo começou com a fase local, nas dioceses; depois houve a síntese regional – em Brasília, no nosso caso; e as duas sessões presenciais no Vaticano, em 2023 e 2024. Em todo esse processo, a palavra-chave foi “escuta”. O Sínodo convidou a Igreja a refletir sobre si mesma, sua missão e presença no mundo, buscando responder a uma questão central: O que Deus quer que façamos hoje?

O Documento Final resume o que foi refletido, construído e sinalizado como caminho de uma Igreja Sinodal. Logo no início, retoma a ecclesiologia do Concílio Vaticano II e lembra que a sinodalidade é o modo de ser e agir da Igreja: comunhão, participação, missão. A comunidade eclesial se alimenta na escuta comunitária da Palavra, na celebração da Eucaristia e na fraternidade da comunhão e da corresponsabilidade e participação de todo o Povo de Deus.

Agora começa a fase de implementação do Sínodo nas comunidades, paróquias e dioceses. Isso implica todos os cristãos e cristãs comprometidos, mas, de maneira especial, os leigos e leigas, que são a maioria na Igreja. Se queremos contribuir neste caminho de sinodalidade, precisamos conhecer e assumir as orientações do Sínodo.

O documento está estruturado em cinco partes: O coração da sinodalidade, A conversão das relações, A conversão dos processos, A conversão dos vínculos e o Envio para formar um povo de discípulos missionários.

No coração da sinodalidade está Jesus Cristo e Seu Evangelho. Pelo batismo, todas as pessoas ganham a cidadania eclesial e são chamadas a fazer o que Jesus fez, viver o que ele ensinou e se comprometer com o Reino de Deus na sua realidade concreta. Uma Igreja sinodal testemunha a unidade e a pluralidade, acolhe e escuta, se põe a serviço dos pobres e se coloca em saída. A sinodalidade é uma profecia social que se alimenta na espiritualidade da ressurreição de Jesus.

Mas este caminho não está feito. A Igreja Sinodal está em construção e exige de cada um e cada uma de nós o exercício de conversão. São três as conversões necessárias:

A conversão das relações. Há muitas relações tóxicas na Igreja, que ferem as pessoas, geram exclusão e adoecimento, contradizem o próprio sentido do Evangelho. Precisamos construir relações autênticas e significativas, humanizadoras, em comunidades acolhedoras e plurais. Conseguiremos isso no esforço por superar os preconceitos e a discriminação, buscar a igualdade entre mulheres e homens, caminhar no diálogo e na escuta. Uma chave para esse movimento de conversão é centrar nossa fé em Jesus Cristo e colocar os carismas, vocações e ministérios a serviço da missão.

A conversão dos processos. Em geral, as decisões na Igreja são tomadas sem escutar a comunidade. O documento afirma como precisamos aprender o discernimento eclesial para a missão, de forma comunitária, e articular os processos de decisão a partir do



diálogo e da escuta ao Espírito de Deus. Também avaliar os resultados e a ação dos responsáveis, para melhorar o que fazemos. Por fim, cultivar a cultura da transparência: prestar contas dos recursos e gastos, preparar um relatório anual da missão, avaliar regularmente as práticas, criar organismos de participação que favoreçam o envolvimento de mulheres, jovens, pobres... Isso não diminui a autoridade eclesial, mas fortalece a comunhão entre todos os sujeitos que são Igreja.

A conversão dos lugares e vínculos. Precisamos entender que a paróquia e a diocese são mais que uma região geográfica: formam uma rede de relações que tornam a Igreja ao mesmo tempo enraizada e peregrina: tem suas raízes na região onde se encontra, mas se põe a caminho. É uma casa com muitos lugares: vida religiosa consagrada, associações, movimentos eclesiais, pastorais, comunidades de fé. Em todos eles vivemos a inclusão, a justiça social, o cuidado da Casa Comum, a fraternidade, a sororidade. Para sermos uma Igreja comunhão, participação, missão, precisamos enfrentar o clericalismo e construir estruturas sinodais, como as Conferências, Conselhos e Assembleias.

O caminho de sinodalidade da Igreja precisa investir na **formação de um povo de discípulos e discípulas missionários**. Todos nós – leigos e leigos, religiosas e religiosos, seminaristas, ministros, presbíteros, bispos – precisamos de formação para contribuir no caminho de sinodalidade da Igreja. Isso demanda investir recursos, tempo e pessoas em processos de formação integral. Precisamos

retomar a iniciação à vida cristã, com crianças, jovens e adultos, e avançar na formação de sujeitos eclesiais. Os itinerários formativos devem ser pensados e realizados em perspectiva sinodal, propiciando momentos de formação específica e partilhada.

O Documento Final do Sínodo traz luzes para o processo de implementação nas dioceses e paróquias. Isso implica todos os fiéis, porque o processo já vai gerando missão, comunhão, participação. Durante todo o processo, o Papa Francisco nos lembrava que o Espírito de Deus conduz a Igreja. Nós, como Igreja que somos, vamos construindo a sinodalidade a partir do chão onde pisamos.

VAMOS CONVERSAR:

- Das novidades trazidas pelo Sínodo, qual ressoa mais no coração?
- O que podemos fazer para que a sinodalidade seja uma realidade entre nós?
- Quais dificuldades podemos enfrentar nesse processo?

PARA SABER MAIS:

XVI ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DO SÍNODO DOS BISPOS. *Por uma Igreja Sinodal: comunhão, participação, missão*. Brasília/DF: Edições CNBB, 2024. (Sobre O coração da sinodalidade, ler números 13 a 48; sobre A conversão das relações, ler números 49 a 78; sobre A conversão dos processos, ler números 79 a 108; sobre A conversão dos lugares e vínculos, ler números 109 a 151)





3.

***A vocação dos
cristãos leigos e
leigas***

A palavra “vocação” vem do latim *vocare*, que significa “chamado”. Muita gente na Igreja pensa que somente os padres, religiosos e religiosas têm vocação, mas isso não é verdade: Deus chama cada pessoa, de forma individual e de diversas maneiras, para seguir Jesus na força do Espírito Santo. Segundo a Conferência de Puebla (1979), o chamado vocacional inclui três dimensões:

- **Dimensão humana:** chamado a realizar-se como pessoa
- **Dimensão cristã:** chamado a seguir Jesus Cristo como membro ativo da comunidade e dar testemunho do Reino
- **Vocação cristã específica:** chamado à vida laical, à vida religiosa consagrada e à vida presbiteral

Assim, Deus também chama os cristãos leigos e leigas a serem discípulos missionários de Jesus e testemunharem o Evangelho no dia a dia, nos lugares onde estão. A consciência desse chamado é o primeiro passo da identidade laical. O Evangelho de Lucas (24,13-34) nos ajuda a entender como isso acontece.

Os discípulos de Emaús, naquele domingo da Páscoa, voltavam para casa tristes e desanimados por causa da morte de Jesus. Eles ainda não sabiam da ressurreição e, quando Jesus se aproxima, não O reconhecem. Jesus caminha com eles, pergunta, escuta suas angústias, dialoga, explica a Palavra de Deus para animá-los. Quando chegam a Emaús, já no final da tarde, os dois convidam Jesus para entrar em casa. Ele entra e, quando abençoa e parte o pão, eles O reconhecem. Aí Jesus desaparece, e os discípulos se

dão conta de que o coração ardia quando caminhavam com o Mestre. A alegria da ressurreição reacende o ardor missionário, e eles voltam para encontrar os outros discípulos em Jerusalém.

Uma observação interessante é que os discípulos de Emaús provavelmente eram um casal. Lucas cita o nome de um deles: Cléofas. João, falando das mulheres que ficaram ao pé da cruz, cita Maria, esposa de Cléofas (Jo 19,25), irmã da mãe de Jesus. Faz sentido que Cléofas estivesse retornando para casa junto com a esposa, mas fomos acostumados a pensar que somente os homens seguiam Jesus.

Vários teólogos e historiadores estão redescobrimdo o lugar das mulheres na missão de Jesus. O Pe. José Antonio Pagola fala de Jesus como “amigo da mulher”¹. Além de Marta e Maria, de quem muito próximo, Jesus acolhe a samaritana, a adúltera, a siro-fenícia, a hemorroíssa. Lucas menciona Maria Madalena, Joana, Susana “e muitas outras mulheres que, com seus próprios recursos, ajudavam Jesus e seus discípulos” (Lc 8,2-3). Marcos dá nome às mulheres que ficaram ao pé da cruz, quando Jesus foi crucificado: Maria Madalena, Salomé e Maria, mãe de José e Tiago, e muitas outras que tinham ido com Jesus para Jerusalém (Mc 15,40-41). João fala de Maria e do discípulo amado. Paulo se refere a várias discípulas, como Áfia (Fm 1,2), Febe, Júnias, Maria, Trifena, Trifosa, Pérsides, Júlia (Rm 16,1-15) e, de forma especial, Priscila, esposa de

1 PAGOLA, José Antonio. *Jesus: aproximação histórica*. Vozes: Petrópolis, 2012. Outros autores

Áquila, mencionada seis vezes nas cartas paulinas. Nas primeiras comunidades cristãs e nas comunidades de hoje, as mulheres se destacam pela presença e compromisso com a Igreja.

Voltando aos discípulos de Emaús, eles nos mostram como Jesus chama cada pessoa, em sua vida concreta, e espera uma resposta. Assim como outros homens e mulheres depois deles, o casal conhecia os ensinamentos de Jesus e o que ele fazia, mas entendem o chamado vocacional somente quando a Boa Notícia da ressurreição faz o coração deles queimar. Aí os dois já não conseguem guardar para si mesmos a alegria de encontrar o Ressuscitado: precisam anunciar a Boa Notícia.

Nas palavras do Papa Francisco: "A Alegria do Evangelho enche o coração e a vida inteira daqueles que se encontram com Jesus. Quantos se deixam salvar por Ele são libertados do pecado, da tristeza, do vazio interior, do isolamento! Com Jesus Cristo, a alegria renasce sem cessar." (*Evangelii Gaudium*, n. 1).

A experiência de encontrar Jesus muda a vida das pessoas, transforma seu jeito de sentir, pensar e agir. Esse encontro não é uma coisa mágica, distante, que aconteceu somente com o povo da Bíblia. Jesus continua nos chamando hoje, no lugar onde estamos, no chão em que pisamos, na comunidade da qual fazemos parte. O problema é que nem sempre temos consciência desse chamado feito aos homens e mulheres leigos, porque fomos acostumados a pensar a vocação somente como chamado à vida religiosa.

Cristãos leigos e leigas, ministros ordenados, religiosos e religiosas de vida consagrada, todos somos chamados a ser discípulos missionários de Jesus. A diferença é que os consagrados vivem seu discipulado cristão na comunidade religiosa, na estrutura eclesial, numa congregação, em ministérios ordenados. O laicato é a Igreja na família, na comunidade eclesial, no mundo do trabalho, na educação, nas pastorais e movimentos, na atuação política e em todos os espaços da sociedade.

Mas tudo começa com a consciência do chamado vocacional: “Não foram vocês que me escolheram; pelo contrário, fui eu quem os escolhi para que vão e deem fruto e que esse fruto não se perca” (Jo 15,16). Quando damos uma resposta positiva, assumimos nossa condição de sujeitos eclesiais leigos e leigas e podemos “testemunhar amor à Igreja, servir os irmãos e irmãs, permanecer no seguimento de Jesus, na escuta obediente à inspiração do Espírito Santo e ter coragem, criatividade e ousadia para dar testemunho de Cristo” (Doc. 105, n. 119).

VAMOS CONVERSAR:

- Que pontos do texto mais nos tocaram o coração?
- Quais são as características específicas da vocação dos cristãos leigos e leigas?
- Como podemos ajudar os cristãos leigos e leigas a descobrirem sua vocação?

PARA SABER MAIS:

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. *Missão e ministérios dos cristãos leigos e leigas*. Documentos da CNBB nº 62. São Paulo: Paulinas, 2007. (Ler números 94 a 110)

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. *Cristãos leigos e leigas na Igreja e na sociedade. Sal da terra e luz do mundo (Mt 5,13-14)*. Documentos da CNBB nº 105. Brasília: Edições CNBB; São Paulo: Paulinas, 2016. (Ler números 108 a 118)

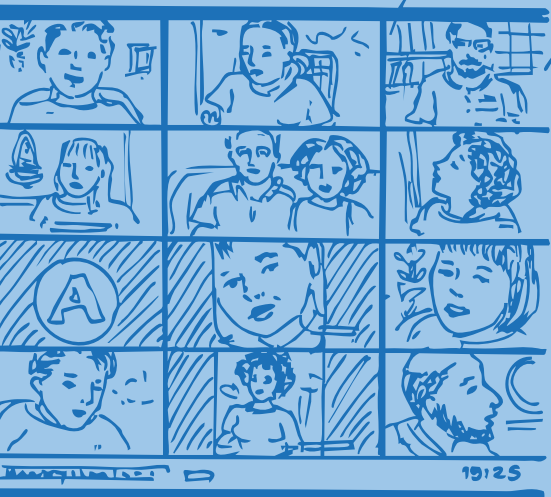
XVI ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DO SÍNODO DOS BISPOS. *Por uma Igreja Sinodal: comunhão, participação, missão*. Brasília/DF: Edições CNBB, 2024. (Ler números 60, 66, 76, 77 e 102d)





4.

Cristãos leigos e leigas: Sujeitos eclesiais



Assumindo sua vocação e o discipulado missionário, os cristãos leigos e leigas se tornam sujeitos eclesiais. O que isso significa? Que são tão responsáveis pela missão da Igreja quanto padres, bispos, diáconos, religiosos e religiosas de vida consagrada. Que não *fazem parte* da Igreja, mas *são* Igreja, com *múnus* sacerdotal, profético e régio. “Múnus” é uma palavra latina que significa “missão, função”. Vale a pena refletirmos sobre cada um desses termos.

Pelo Batismo, os cristãos recebem o Espírito Santo, são acolhidos como membros da comunidade eclesial e participam do sacerdócio de Cristo. Acolhendo a Palavra de Deus, são chamados a ser **profetas e profetisas**: anunciar a Boa Notícia de Jesus, denunciar tudo o que ameaça a vida humana e do planeta, consolar os aflitos, apontar caminhos de conversão pessoal e institucional, alimentar a esperança no Deus da Vida que caminha junto dos pobres e oprimidos (Doc. 62, n. 72).

O **múnus sacerdotal** vem da forma como Jesus consagra sua vida para a salvação da humanidade. Entregando sua vida, Ele faz da Igreja um povo de sacerdotes, unido novamente com o Pai pela mediação do Filho. Seguindo o exemplo do Mestre, os cristãos leigos e leigas vivem a fraternidade, a irmandade e a dignidade dos filhos e filhas de Deus. Pela fé, esperança e caridade, continuam a missão de Jesus, buscam a comunhão e se colocam a serviço do Reino (Doc. 62, n. 73-74).



Por fim, são povo da aliança, membros da Igreja e da sociedade humana, que luta para ser semente de transformação nas realidades de hoje. Ungidos para continuar a missão de Jesus, são um **povo régio**, porque a proclamação e a instauração do Reino de Deus são o objetivo da missão de Jesus Cristo. Ele, além de sacerdote e profeta-Mestre, também é rei-pastor que serve ao seu povo. Sua Igreja existe para ser sinal do Reino (Doc. 62, n. 75-76).

Sem o laicato, especialmente as mulheres leigas, o que seria da Igreja? Os cristãos leigos e leigas são a imensa maioria dos fiéis. Entretanto, em muitas paróquias e dioceses predomina uma visão eclesial tradicional e hierarquizada, como se a Igreja fosse somente o clero e os demais fiéis não tivessem nenhuma importância. O Sínodo aponta como esse clericalismo fere o corpo eclesial e gera o mau uso da autoridade, as relações tóxicas e o abuso de poder. Por isso, vale a pena refletirmos sobre a autonomia e a corresponsabilidade do laicato na vida da Igreja.

O contrário de autonomia é heteronomia = dependência, submissão, subordinação. A autonomia e a liberdade são fundamentais para que o cristão leigo e leiga se reconheça como sujeito eclesial e assuma sua corresponsabilidade pela missão evangelizadora da Igreja Povo de Deus. Não existe comunhão sem reconhecimento e valorização do laicato. Como diz o Documento 105 (n. 127): “O processo de autonomia de ação e organização do laicato se realiza no interior da comunidade eclesial e, portanto, na comunhão com os demais membros e seus pastores”.



A autonomia e o sentido de corresponsabilidade motivam o laicato a assumir seu protagonismo na Igreja e no mundo. Como sujeitos eclesiais, os cristãos leigos e leigas deixam de ser apenas receptores da ação evangelizadora e tornam-se também agentes da evangelização. Engajados nas pastorais, movimentos, ministérios e grupos eclesiais diversos, evangelizam pessoas, ambientes e culturas, testemunham a comunhão na Igreja e tornam-se sal da terra e luz do mundo (Mt 5,12) nas realidades temporais.

A comunhão entre os sujeitos eclesiais acontece quando os cristãos leigos e leigas:

- Assumem a liberdade de ser cristãos atuantes nas realidades onde estão inseridos;
 - Reconhecem sua autonomia para decidir em quais lugares e espaços testemunham Jesus Cristo e semeiam a Civilização do Amor;
 - Constroem relações fraternas e humanizadoras com as pessoas, com a Igreja, com a sociedade, com a Casa Comum, com Deus;
 - São protagonistas na construção de uma sociedade ecologicamente correta, economicamente viável, socialmente justa e culturalmente diversa;
 - Contribuem para que a Igreja caminhe na sinodalidade, testemunhe a comunhão e seja cada vez mais participativa, missionária, servidora, sinal do Reino de Deus.
- 

VAMOS CONVERSAR:

- Que pontos mais chamaram nossa atenção no texto?
- Na sua realidade paroquial/diocesana, os cristãos leigos e leigas se reconhecem e são reconhecidos como sujeitos eclesiais? Dê exemplos!
- Como contribuir para a autonomia, corresponsabilidade e protagonismo laical na Igreja e no mundo?

PARA SABER MAIS:

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. *Cristãos leigos e leigas na Igreja e na sociedade. Sal da terra e luz do mundo* (Mt 5,13-14). Documentos da CNBB nº 105. Brasília: Edições CNBB; São Paulo: Paulinas, 2016. (Ler números 119 a 135)

CONSELHO EPISCOPAL LATINO-AMERICANO – CELAM. *Documento de Aparecida. Texto conclusivo da V Conferência do Episcopado Latino-Americano e do Caribe*. Brasília, São Paulo: Edições CNBB, Paulus, Paulinas, 2007. (Ler números 209 a 215)

XVI ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DO SÍNODO DOS BISPOS. *Por uma Igreja Sinodal: comunhão, participação, missão*. Brasília/DF: Edições CNBB, 2024. (Ler números 28, 58, 63, 64, 67)





5.

A missão dos cristãos leigos e leigas



A missão laical nasce da missão cristã. No Evangelho de Lucas, Jesus anuncia sua missão fazendo referência ao profeta Isaías: “O Espírito do Senhor está sobre mim, porque ele me consagrou com a unção, para anunciar a Boa Notícia aos pobres; enviou-me para proclamar a libertação aos presos e aos cegos a recuperação da vista; para libertar os oprimidos e para proclamar um ano de graça do Senhor.” (Lc 4,18-19). Depois, Jesus envia seus discípulos e discípulas em missão para fazerem a mesma coisa.

Nós, cristãos leigos e leigas, como entendemos esse envio hoje?

Enquanto o lugar primeiro do clero é o ambiente institucional e os religiosos se consagram para a missão específica do seu carisma, “a realidade temporal é o campo próprio da ação evangelizadora e transformadora que compete aos leigos” (Doc. 105, n. 63). Essa atuação eclesial dentro da Igreja e para além dos seus “muros” caracteriza e identifica o discipulado missionário do laicato. Como explica o Pe. Agenor Brighenti, só há *discípulo* na relação com um *Mestre* que o envia para uma *missão*; essa missão acontece na *Igreja*, presente no *mundo* para ser sinal do *Reino de Deus*.

A Conferência de Aparecida (n. 174) entende que “o campo específico da atividade evangelizadora leiga é o complexo mundo do trabalho, da cultura, das ciências e das artes, da política, dos meios de comunicação e da economia, assim como as esferas da família, da educação, da vida profissional, sobretudo nos contextos onde a Igreja se faz presente somente por meio deles”. A mesma con-



cepção aparece na exortação apostólica *Evangelii Nuntiandi* (n. 70), do Papa Paulo VI, e no Documento 105 da CNBB (n. 6). Segundo o Documento final do Sínodo (n. 66), “a primeira tarefa dos Leigos e Leigas é permear e transformar as realidades temporais com o espírito do Evangelho”.

Assim, os cristãos leigos e leigas são a Igreja presente nos espaços para além dela – uma Igreja em saída rumo às periferias, como disse várias vezes o Papa Francisco. O Documento 105 (n. 250 a 275) destaca os areópagos modernos que demandam a presença profética e transformadora do laicato: a família, a política, as políticas públicas, o mundo do trabalho, cultura e educação, as comunicações, o cuidado com a Casa Comum e outros, conforme as realidades locais.

O laicato tem rostos diversos:

- Mulheres, homens;
- Crianças, adolescentes, jovens, adultos, idosos;
- Casais, solteiros, viúvos;
- Negros, indígenas, quilombolas, ribeirinhos, LGBTQIA+;
- Trabalhadores, trabalhadoras, aposentados, desempregados.

Os cristãos leigos e leigas assumem ministérios e serviços variados nas dioceses, paróquias, comunidades, pastorais, movimentos e redes. São lideranças em grupos, associações, sindicatos, movimentos sociais, coletivos, ONGs, partidos políticos, conselhos, órgãos públicos e espaços educativos “como homens e mulheres no



coração do mundo” (Doc. 105, n. 51-62). Todos são lugares para testemunharmos a sinodalidade.

O Sínodo (n. 19) enfatiza quanto a Igreja deve reassumir sua missão junto aos pobres: no coração de Deus e no coração da Igreja, os pobres, os marginalizados e excluídos ocupam lugar preferencial. “Neles, a comunidade cristã encontra o rosto e a carne de Cristo. (...) A Igreja é chamada a ser pobre com os pobres – que, muitas vezes, são a maioria dos fiéis –, a escutá-los e a considerá-los sujeitos da evangelização, aprendendo juntos a reconhecer os carismas que eles recebem do Espírito”.

Para aperfeiçoar a ordem temporal e buscando construir aqui a Civilização do Amor, os cristãos leigos e leigas:

- Se engajam em lutas diversas a favor da vida;
- Assumem a opção preferencial pelos pobres;
- Representam a comunidade eclesial nas organizações sociais;
- Atuam de forma individual e coletiva em prol da cidadania, dos Direitos Humanos, da democracia e da transformação social;
- Defendem a ecologia integral e a sustentabilidade socioambiental como parte de sua missão cristã;
- Somam forças com organizações parceiras na luta pelas causas dos jovens, das mulheres, dos grupos marginalizados.



VAMOS CONVERSAR:

- Que pontos destacamos, neste texto?
- Em quais espaços eclesiais e sociais você vive sua missão de cristão leigo ou leiga?
- Quais apelos e desafios a realidade apresenta aos discípulos e discípulas de Jesus?

PARA SABER MAIS:

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. *Cristãos leigos e leigas na Igreja e na sociedade. Sal da terra e luz do mundo* (Mt 5,13-14). Documentos da CNBB nº 105. Brasília: Edições CNBB; São Paulo: Paulinas, 2016. (Ler números 51 a 62 e 250 a 273)

CONSELHO EPISCOPAL LATINO-AMERICANO – CELAM. *Documento de Aparecida. Texto conclusivo da V Conferência do Episcopado Latino-Americano e do Caribe*. Brasília, São Paulo: Edições CNBB, Paulus, Paulinas, 2007. (Ler números 347 a 546)

XVI ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DO SÍNODO DOS BISPOS. *Por uma Igreja Sinodal: comunhão, participação, missão*. Brasília/DF: Edições CNBB, 2024. (Ler números 75 a 78)



6 • A espiritualidade dos cristãos leigos e leigas



Espiritualidade é uma palavra utilizada com sentidos diferentes, conforme as concepções das pessoas. Dom Pedro Casaldáliga falava do risco de pensar a espiritualidade como uma esfera distante da vida, do dia a dia, um espiritualismo desencarnado e sem compromisso com as realidades do mundo. Nessa ideia de que o “espírito” se opõe à matéria e ao corpo, a fé se desliga das outras dimensões da vida e a espiritualidade fragmenta as pessoas, ao invés de deixá-las mais inteiras. Daí a importância de ir às fontes bíblicas para aprender a espiritualidade de Jesus.

Jesus mostra sua relação com o Pai em tudo o que ensina e faz. Sua espiritualidade se alimenta da realidade, da convivência com as pessoas, da missão, da escuta aos pobres e sofredores, da busca da vida plena. Seguindo a tradição dos profetas, Jesus revela a face de Deus Pai/Mãe para o povo, quando anuncia a Boa Notícia aos pobres, cura os doentes, alimenta os famintos, perdoa os pecados, expulsa o mal, acolhe as mulheres, valoriza as crianças, convive com pecadores e estrangeiros, ensina às multidões.

Também é profeta quando denuncia os abusos do poder político e religioso, os privilégios da elite, a exploração dos pobres, a exclusão dos diferentes, mostrando que a autoridade política e religiosa deve estar a serviço do bem comum. Os Evangelhos mostram que a profecia é anúncio e denúncia.

Jesus faz tudo isso movido pelo Espírito de Deus. Sua vida de oração o conecta com o Pai e com as pessoas que ele encontra, em

suas andanças pela Palestina. Em vários momentos, Jesus se retira para rezar sozinho e escutar o que o Pai quer que Ele faça em cada situação. Jesus ensina os discípulos e discípulas a viverem a fé e a rezarem do mesmo jeito, com o pé na realidade e ouvido atento à vontade de Deus.

Contemplando a vida de Jesus, entendemos que a espiritualidade é o que nos move, inspira, sensibiliza, motiva a agir. A nossa espiritualidade se revela na forma como vivemos, nos relacionamos, damos sentido à vida. A partir daí, podemos apontar algumas características da espiritualidade dos cristãos leigos e leigas. Não queremos enquadrar a vivência da fé, mas apontar elementos importantes para nosso discipulado missionário.

É, antes de tudo, **espiritualidade do seguimento de Jesus**. Vivendo a alegria do Evangelho, buscamos, como diz aquela cantiga do Pe. Zezinho, “amar como Jesus amou, sentir o que Jesus sentiu, viver como Jesus viveu...” Seguir Jesus como discípulos e discípulas missionários nos inspira a viver uma espiritualidade que é:

Trinitária: confiantes em Deus Pai/Mãe, que nos criou, nos ama e nos chama a contribuir na construção do Reino, continuamos a missão de Jesus Cristo e buscamos estar abertos às inspirações do Espírito.

Bíblica: fazendo memória da caminhada do Povo de Deus, buscamos nas Sagradas Escrituras a chave para compreender e transformar a realidade hoje.

Profética e libertadora: sensíveis à realidade dos homens e mulheres de hoje, nos engajamos na luta pela vida e pela transformação social, na utopia de construir a Civilização do Amor.

Apostólica: encontramos o rosto de Jesus nos pobres, excluídos, doentes, famintos, marginalizados, pois fomos enviados para ser o rosto da Igreja nas periferias do mundo.

Encarnada: alimentamos nossa fé na vida do povo, com suas dores e alegrias, angústias e esperanças, tropeços e desafios.

Cotidiana: cultivamos a intimidade com Deus na liturgia, na oração pessoal, na vida comunitária, no serviço aos pobres, nas relações interpessoais, nos acontecimentos do dia a dia.

Pessoal e comunitária: cada um/a de nós vive sua relação com Deus de forma pessoal, mas é na comunidade que testemunhamos nossa fé. “Ninguém pode percorrer sozinho um caminho de espiritualidade autêntica” (Sínodo, n. 43).

Latino-americana: incorporamos na liturgia e na oração elementos de outras culturas e tradições, como os povos indígenas e afro-americanos, e práticas de fé da religiosidade popular.

Ecológica: buscamos retomar a conexão com a nossa irmã, a Mãe Terra, como fazem as comunidades tradicionais, e cuidar da criação e da vida do planeta (Laudato Si’, n. 1).

Sinodal: nasce da ação do Espírito Santo e requer a escuta da

Palavra de Deus, a contemplação, o silêncio e a conversão do coração. “Exige também ascese, humildade, paciência e disponibilidade para perdoar e ser perdoado. Acolhe, com gratidão e humildade, a variedade de dons e tarefas distribuídos pelo Espírito Santo para o serviço do único Senhor” (cf. 1 Cor 12,4-5). (Sínodo, n. 43-44).

É, por fim, **espiritualidade da alegria e da esperança**: somos o povo do Ressuscitado, e daí vem nosso esperançar. Não se trata de alegria vazia nem de esperança passiva, mas a certeza de que a vida vence a morte e o bem triunfará. Jesus nos dá forças para enfrentarmos as dificuldades da vida.

Maria revela bem essas características da espiritualidade laical. Ela é a **primeira discípula de Jesus** e nos inspira a viver nosso próprio discipulado. A Sagrada Escritura mostra a maneira como Maria se relaciona com Deus:

- **Peregrina na fé**: não procura entender o que acontece à sua volta, mas guarda todas as coisas no coração (Lc 2,19);
- **Serva do Senhor**: acolhe a vontade de Deus mesmo sem entender direito o que Ele quer (Lc 1,38);
- **Servidora**: está atenta às necessidades dos outros e age para ajudá-los (Jo 2);
- **Missionária**: sai do seu lugar para estar a serviço de quem precisa, como Isabel (Lc 1,39-45);
- **Profética**: alimenta a esperança no Deus que liberta o seu povo (Lc 1,46-55);

- **Fiel e perseverante:** acompanha Jesus na vida e na morte aos pés da cruz (Jo 19,25-27);
- **Companheira de caminhada:** está junto dos apóstolos e das outras mulheres na comunidade, nas orações, no anúncio do Evangelho e no partir do pão (At 1,14).

A espiritualidade é como a seiva que deixa a árvore verde, saudável, dando frutos. Não vemos a seiva, mas sabendo quando ela falta, pois a árvore seca e morre. Assim, o cultivo da fé marca nosso jeito de viver, estar no mundo, conviver com os outros, fazer escolhas, agir, deixar que as realidades externas penetrem em nosso interior, gerar frutos de vida. A espiritualidade nos ajuda a caminhar na fé, alimenta nossa esperança e nos fortalece para sermos a Igreja de Jesus: acolhedora, samaritana, servidora, pobre com os pobres e para os pobres, sal da terra e luz do mundo.

Uma Igreja Sinodal bebe na fonte da espiritualidade de Jesus Cristo. “Se falta a profundidade espiritual pessoal e comunitária, a sinodalidade reduz-se a um expediente organizativo. Somos chamados não apenas a traduzir os frutos de uma experiência espiritual pessoal em processos comunitários, mas a experimentar como a prática do mandamento novo do amor recíproco é um lugar e uma forma de encontro com Deus” (Sínodo, n. 44).



VAMOS CONVERSAR:

- Das características listadas, com quais me identifico mais?
- Quais os riscos de uma espiritualidade desencarnada e sem compromisso com as realidades do mundo?
- Quais práticas alimentam nossa vida de fé?

PARA SABER MAIS:

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. *Missão e ministérios dos cristãos leigos e leigas*. Documentos da CNBB nº 62. São Paulo: Paulinas, 1999 (2007). (Ler números 176 a 185)

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. *Cristãos leigos e leigas na Igreja e na sociedade. Sal da terra e luz do mundo (Mt 5,13-14)*. Documentos da CNBB nº 105. Brasília: Edições CNBB; São Paulo: Paulinas, 2016. (Ler números 184 a 200)

XVI ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DO SÍNODO DOS BISPOS. *Por uma Igreja Sinodal: comunhão, participação, missão*. Brasília/DF: Edições CNBB, 2024. (Ler números 43 a 48, 82 e 83)



7.

O que é o CNLB? Natureza, missão e objetivos



O Conselho Nacional do Laicato do Brasil – CNLB é uma associação de direito público eclesiástico que reúne, articula e representa os cristãos leigos e leigas católicos em nosso país. O Conselho reúne pessoas que se organizam em comunidades, pastorais, movimentos eclesiais, associações e serviços, e também aqueles e aquelas que não se integram formalmente nessas expressões eclesiais, mas que, por força de sua vocação própria, são chamados a constituir-se como Organismo de Comunhão da Igreja no Brasil.

Quando afirmamos que o CNLB é um Organismo de Comunhão, queremos dizer que sua natureza extrapola os limites convencionais das estruturas organizativas da Igreja. O CNLB não é uma pastoral ou movimento, não se enquadra na concepção reduzida e rotineira do termo “conselho”, nem se restringe a uma estrutura burocrática ou prescindível. O Conselho representa legitimamente a maior parcela do Povo de Deus, que são os cristãos leigos e leigas, pela diversidade de expressões laicais que agrega e pela capilaridade de sua organização.

O CNLB não esgota a representação do laicato, porque há organizações laicais que não estão integradas ao Organismo. Mas é espaço privilegiado de partilha, formação e articulação do laicato no cumprimento de sua missão específica na Igreja e no mundo.

No âmbito eclesial institucional, o CNLB é um dos 6 Organismos de Comunhão da Igreja no Brasil, juntamente com a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB, Conferência dos Religiosos

do Brasil – CRB, Conferência Nacional dos Institutos Seculares do Brasil – CNISB, Comissão Nacional de Presbíteros – CNP e Comissão Nacional dos Diáconos – CND. Estes, também chamados “Organismos do Povo de Deus”, se relacionam de maneira recíproca e fraterna, sem subordinação, no diálogo entre iguais (Cf. CNBB 105, n. 274 C).

A consciência dessa identidade eclesiológica nos ajuda a compreender a comunhão entre os sujeitos eclesiais: cristãos leigos e leigas, ministros ordenados e religiosos e religiosas de vida consagrada “se harmonizam, sem confundir-se, na realização da tarefa comum” (CNBB 62, n. 62). É nesse sentido de comunhão que a Igreja do Brasil pode responder aos desafios pastorais desses novos tempos e firmar seus pés num caminho de sinodalidade.

Conforme a constituição e Estatuto do CNLB, são seus Objetivos Institucionais:

- I. reunir, articular e integrar os cristãos leigos e leigas católicos entre si, representando-os junto aos organismos eclesiais, à sociedade civil organizada, ao Estado e à comunidade em geral;
- II. fomentar a articulação em rede do laicato no Brasil em seus vários níveis de organização, por meio do diálogo entre as suas diversas expressões laicais e em comunhão com os pastores, fortalecendo a dimensão sinodal da Igreja;
- III. participar de atividades religiosas, de evangelização e de cul-



to, de assistência mútua, solidariedade e caridade social, com espírito de comunhão e partilha, na missão de revelar e expandir o Reino de Deus na história;

- IV. ser instância de representatividade do laicato do Brasil na Igreja e na sociedade, na caminhada ecumênica e no diálogo inter-religioso, em nível nacional e internacional;
- V. ser espaço de articulação, diálogo, formação e informação do laicato presente nos diversos setores e segmentos da Igreja e da sociedade, a fim de garantir uma atuação mais qualificada nos espaços eclesiais, sociais, políticos, econômicos e culturais;
- VI. suscitar, desenvolver e aprofundar no laicato sua condição de sujeito eclesial, a fim de que seja presença atuante na Igreja e nos espaços sociais, seu lugar privilegiado de ação, estimulando a participação dos cristãos leigos e leigas na vida social, no mundo da família, do trabalho, da cultura, dos conselhos de políticas públicas, na política partidária do país e demais âmbitos de atividade humana, buscando a defesa da ética, dos direitos sociais e fundamentais, da democracia e outros valores universais, despertando novas lideranças na Igreja e na sociedade;
- VII. estimular e promover o protagonismo e autonomia do laicato e a sua participação nos processos de planejamento, decisão, execução e avaliação da ação evangelizadora da Igreja o Brasil, fortalecendo a caminhada de Igreja Povo de Deus, numa dinâmica sinodal;

VIII. manter relacionamento permanente com os Organismos que representam, em âmbito nacional, os diversos componentes do Povo de Deus – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), Conferência dos Religiosos do Brasil (CRB), Comissão Nacional dos Presbíteros (CNP), Comissão Nacional dos Diáconos (CND) e a Conferência Nacional dos Institutos Seculares do Brasil (CNISB) – para alimentar a comunhão, a prática sinodal e a colaboração pastoral.

Na busca de alcançar seus Objetivos Sociais, à luz da evangélica opção preferencial pelos pobres e orientado pelo Ensino Social da Igreja, pelo Princípio da Dignidade da Pessoa Humana e demais princípios constitucionais, o CNLB se empenhará em:

- I. promover o bem comum, em parceria com os poderes constituídos e a sociedade civil, implementando ações objetivas para a consolidação de uma sociedade justa, livre, democrática e solidária, culturalmente plural e ambientalmente sustentável, fazendo a defesa frente à violação dos direitos humanos, ambientais e sociais, conforme Artigo 6º da Constituição Federal;
- II. defender o acesso universal à educação de qualidade, inclusiva, pautada em princípios democráticos e em consonância com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB);
- III. promover e articular ações nas áreas de assistência social, saúde, educação, ecologia integral, fomento e valorização do patrimônio material e imaterial e promoção da solidariedade

a famílias e pessoas empobrecidas, em situação de vulnerabilidade ou exclusão social, nas áreas rural e urbana, para que vigorem a justiça social e a fraternidade, em observância à Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) e Lei Complementar 187/2021, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes e regula os procedimentos referentes à imunidade de contribuições à seguridade social;

- IV. participar do controle social, nos debates sobre os problemas nacionais e globais, atuando na elaboração, execução e avaliação de leis e políticas públicas que objetivem a promoção integral dos setores excluídos da sociedade;
- V. realizar campanhas de arrecadação ou doação visando ao cumprimento de seus objetivos.



VAMOS CONVERSAR:

- Que pontos do texto soaram como novidade?
- Qual a importância do CNLB para a articulação do laicato no Brasil?
- Dentre os objetivos do CNLB, quais você destaca? Como concretizá-los na Igreja e na sociedade?

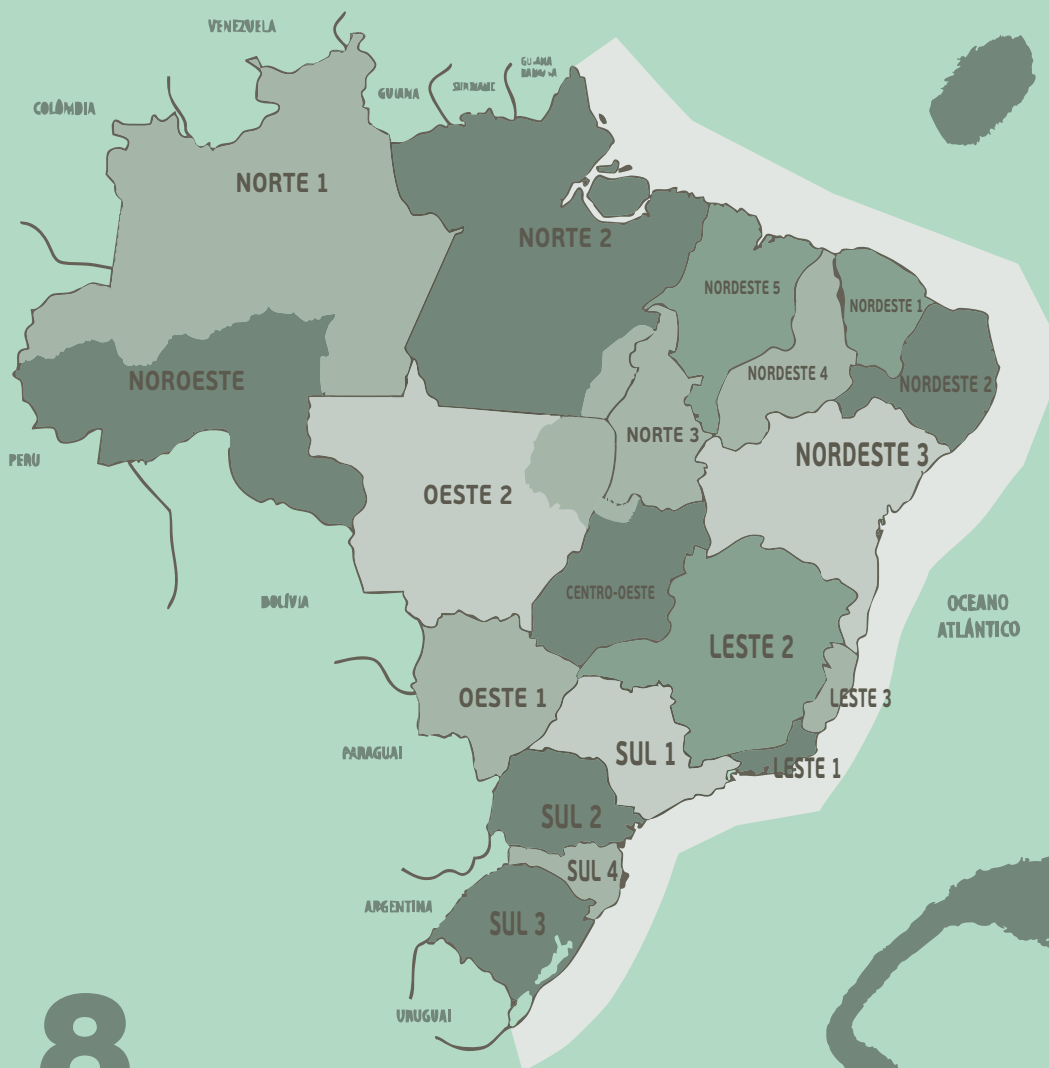
PARA SABER MAIS:

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. *Cristãos leigos e leigas na Igreja e na sociedade. Sal da terra e luz do mundo* (Mt 5,13-14). Documentos da CNBB nº 105. Brasília: Edições CNBB; São Paulo: Paulinas, 2016. (Ler números 209 a 224)

CONSELHO EPISCOPAL LATINO-AMERICANO – CELAM. *Documento de Aparecida. Texto conclusivo da V Conferência do Episcopado Latino-Americano e do Caribe*. Brasília, São Paulo: Edições CNBB, Paulus, Paulinas, 2007. (Ler números 283, 345, 371, 400, 458, 475, 505 e 508)

CONSELHO NACIONAL DO LAICATO DO BRASIL. *Estatuto e Regimento Interno*. 2025.





8.

A organização do CNLB

"Além de ser um organismo de comunhão, o CNLB tem por objetivo criar e apoiar mecanismos de formação e capacitação que ajudem o laicato a descobrir sua identidade, vocação, espiritualidade e missão, com vistas à construção de uma sociedade justa e fraterna, sinal do Reino de Deus" (CNBB, Doc. 105, n. 213).

O horizonte de atuação do Organismo é uma Igreja sinodal, a construção da Civilização do Amor, a transformação das realidades temporais, e essa missão depende de uma organização forte do laicato.

Dimensão sinodal da organização do CNLB

A teologia do Corpo Eclesial é recorrente nos escritos de Paulo (1Cor 10,17; 12,12-25; Ef 4,12.16; 5,23; Cl 1,8; 2,19; 3,15). As cartas paulinas nos ajudam a perceber que os membros da Igreja, com suas vocações, serviços e ministérios específicos, sempre convergem para ser o Corpo místico de Cristo. Somos Igreja como sujeitos eclesiais leigos, condição dada pelo batismo e confirmada em nossa vocação e missão. A Conferência de Aparecida evidencia esse recorte: "Reconhecemos o valor e a eficácia dos Conselhos paroquiais, Conselhos diocesanos e nacionais de fiéis leigos, porque incentivam a comunhão e a participação na Igreja e sua presença ativa no mundo" (DAP, n. 215).

Os bispos do Brasil, por sua vez, reforçam que "é desejável que em sua missão os cristãos leigos, superando eventuais divisões e pre-



conceitos, busquem valorizar suas diversas formas de organização, em especial os Conselhos de Leigos” (CNBB 62, n. 191). Da diversidade de expressões laicais, dom do Espírito à Igreja de Jesus, nasce a necessária comunhão que manifesta a sinodalidade como dimensão constitutiva da própria Igreja.

Estrutura, Órgãos de Direção, Controle e Assessoria do CNLB

O CNLB, ao longo da história, seguiu a mesma organização da Igreja no Brasil e foi se estruturando em conselhos regionais, conselhos diocesanos e núcleos locais. Em cada uma dessas instâncias, se juntam ainda as Organizações Filiadas, que são pastorais, movimentos, associações laicais e serviços eclesiais motivados pelo reconhecimento de que, “na evangelização do mundo de hoje, há questões às quais só os cristãos leigos organizados oficialmente podem dar respostas como Igreja inserida no mundo” (CNBB 105, n. 211).

O CNLB cumpre as suas finalidades legais e estatutárias por meio dos seguintes Órgãos:

- I. Órgãos de Direção: Assembleia Geral, Colegiado Nacional e Presidência;
- II. Órgão de Controle: Conselho Fiscal;
- III. Órgãos de Assessoria: Comissões Nacionais Permanentes e Provisórias.



- I. **Assembleia Geral:** órgão máximo de direção do CNLB, caracteriza-se por seu caráter formativo e deliberativo e como espaço de avaliação e planejamento do Organismo.
- II. **Colegiado Nacional:** é formado pelos presidentes dos CNLB Regionais; presidentes, coordenadores ou representantes das Organizações Filiadas; Presidência do CNLB; e coordenadores de suas Comissões Nacionais Permanentes. Acompanha os programas e projetos do Organismo elaborados pela Presidência, conforme planos e metas aprovados pela Assembleia Geral e diretrizes e prioridades determinadas nos Encontros Nacionais.
- III. **Presidência:** preside as atividades do CNLB e o representa publicamente junto à comunidade religiosa e à sociedade civil.
- IV. **Conselho Fiscal:** órgão de controle do CNLB, acompanha, orienta, examina e fiscaliza a situação financeira do CNLB.

Estes Órgãos trabalham conjuntamente com os Órgãos de Assessoria, chamados de Comissões Nacionais, que têm como objetivo

ajudar na dinamização da ação do Organismo. Atualmente, são 5 Comissões organizadas em nível nacional: Comissão Nacional de Formação (CNF), Comissão Nacional de Fé e Política (CNFP), Comissão Nacional de Juventude (CNJ), Comissão Nacional de Comunicação (CNC) e Comissão de Assessoria Permanente (CAP). Cada uma tem suas atribuições bem definidas no Regimento Interno do CNLB. Alguns regionais e dioceses adotam a mesma estrutura da instância nacional, enquanto outros se organizam conforme as realidades locais.

Nos últimos anos, novos mecanismos de participação e dinamização estão sendo testados em nível nacional, buscando maior organização em rede e contribuição de diversas lideranças e organizações filiadas.

São exemplos desses mecanismos os Grupos de Trabalhos constituídos para demandas específicas, como o Dia Nacional dos Cristãos Leigos e Leigas, Mês das Vocações, Agenda Formativa do CNLB e Jubileu do CNLB. O CNLB também delega pessoas para contribuir com grupos e iniciativas da Igreja do Brasil e de organizações da sociedade civil.

VAMOS CONVERSAR:

- O que queremos destacar deste texto?
- Em que consiste a dimensão sinodal da organização do CNLB?
- As estruturas de Direção e Assessoria favorecem a missão do CNLB? Como?

PARA SABER MAIS:

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. *Missão e ministérios dos cristãos leigos e leigas*. Documentos da CNBB nº 62. São Paulo: Paulinas, 1999 (2007). (Ler números 186 a 193)

CONSELHO NACIONAL DO LAICATO DO BRASIL. *Estatuto e Regimento Interno*. 2025.



9 • *CNLB: Espaço de formação dos cristãos leigos e leigas*



A última parte do Documento final do Sínodo ressalta a necessidade de formação de todo o Povo de Deus. “A Igreja já tem muitos lugares e recursos para a formação de discípulos missionários: as famílias, as pequenas comunidades, as paróquias, as agregações eclesiais, os seminários, as comunidades religiosas, as instituições acadêmicas, mas também os lugares de serviço e de trabalho com os marginalizados, as experiências missionárias e de voluntariado.” Lembra ainda que, “na Igreja, ninguém é mero destinatário da formação: todos somos sujeitos ativos e temos algo a dar aos outros” (Sínodo, n. 144).

A formação é fundamental porque não há laicato pronto e acabado: os cristãos leigos e leigas descobrem sua vocação, identidade, espiritualidade e missão e se tornam sujeitos eclesiais a partir dos processos formativos e da participação na Igreja e na sociedade. Esta formação precisa ser pensada e vivida em chave sinodal:

- Com participação conjunta de “homens e mulheres, leigos, consagrados, ministros ordenados e candidatos ao ministério ordenado, permitindo assim crescer no conhecimento e estima recíproca e na capacidade de colaborar” (Sínodo, n. 143);
- Que “se realize como intercâmbio de dons entre vocações diversas (comunhão), na ótica de um serviço a ser realizado (missão) e em um estilo de envolvimento e de educação à corresponsabilidade diferenciada (participação)” (Sínodo, n. 147).

Os sujeitos eclesiais se formam em um processo que integra a formação humana, a vida em comunidade, as atividades formativas,

o cultivo da espiritualidade, a convivência entre leigos e consagrados, o engajamento nos espaços de missão, a sensibilidade aos pobres, o conhecimento de outras realidades, o comprometimento com as questões sociais.

O horizonte do processo formativo é o discipulado missionário: “Conhecer Jesus Cristo é condição para segui-lo com coerência e fidelidade. Sem esse conhecimento, o cristão corre o risco de projetar em Jesus Cristo imagens, ideias e atitudes que não são condizentes com sua pessoa nem fiéis ao seu projeto” (Parâmetros básicos para a formação do laicato, 2021, p. 16).

A dimensão formativa é um dos pilares do CNLB. Desde sua fundação, o organismo busca contribuir de forma significativa para a formação do laicato em suas diversas expressões, por meio de subsídios, encontros e cursos, reuniões e assembleias, entre outras atividades. Para isso, a formação deve ser integral e processual; respeitar as etapas e vivências de cada pessoa; aprofundar temas específicos e transversais; e contemplar as várias dimensões da formação integral:

- **Humana:** valores, autoconhecimento, autoestima, afetividade e sexualidade, relações interpessoais, histórico familiar, Projeto de Vida;
- **Sociopolítica:** conjuntura social, econômica e política, cidadania, Direitos Humanos, democracia, sustentabilidade socioambiental, fé e política;
- **Bíblica:** Jesus Cristo, Maria, Evangelhos, espiritualidade, Reino

de Deus, História da Salvação, profetas, Salmos, primeiras comunidades cristãs;

- **Eclesial:** Igreja Povo de Deus, documentos da CNBB e da Santa Sé, Ensino Social da Igreja, Concílio Vaticano II, História da Igreja;
- **Mística:** vocação, discipulado, espiritualidade do seguimento de Jesus, Deus Pai/Mãe, relação fé e vida, Teologia da Encarnação, ecologia integral;
- **Metodológica:** condução de reuniões, organização de atividades, produção de subsídios, planejamento, articulação, dinâmica grupal, acompanhamento.

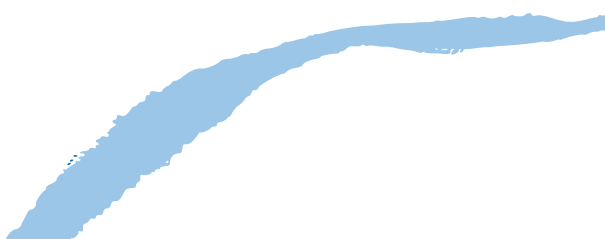
O Sínodo aponta que a formação deve considerar alguns âmbitos específicos:

- O **mundo digital**, “para que a mensagem cristã esteja presente na internet de forma confiável, que não distorça o seu conteúdo de modo ideológico” (n. 149);
- A **cultura de proteção**, para que os ambientes eclesiais e comunidades sejam seguros para crianças, adolescentes e pessoas vulneráveis. Isso inclui também a formação para dar apoio às vítimas de eventuais abusos e violências (n. 150);
- E também os temas da **Doutrina Social da Igreja**, do compromisso com a paz e a justiça, do cuidado com a Casa Comum, dos Direitos Humanos, da ecologia integral, do diálogo intercultural e inter-religioso, para que a ação dos discípulos missionários construa um mundo mais justo e fraterno (n. 151).

Essas dimensões, temas e âmbitos não são lineares, mas perpassam o processo formativo dos cristãos leigos e leigas e se integram nas diversas vivências e atividades. Fazem parte deste processo tanto as atividades propriamente formativas, como reuniões, cursos e encontros, quanto as mobilizações, campanhas, luta por direitos, defesa da vida, solidariedade, imersão na realidade. A formação laical acontece como um mosaico: as peças vão se encaixando para formar o sujeito como um todo.

E isso é um desafio. “Com as mudanças históricas e as diversas ciências, a formação exigirá uma aproximação e um contato sempre renovado com os textos oficiais das Escrituras e do Magistério. Nessa busca de aprofundamento, os cristãos leigos e leigas adquirem maiores e melhores condições para exercerem a missão como autênticos sujeitos eclesiais, aptos a atuarem na Igreja e na sociedade” (Parâmetros básicos para a formação do laicato, 2021, p. 51).

O Sínodo (n. 146) destaca que a comunidade cristã está presente em diversos espaços formativos, como a escola, a formação profissional, a universidade, a formação para o compromisso social e político, o mundo do desporto, da música e da arte. Assim, o CNLB pode aproveitar as atividades desenvolvidas nestes espaços para formar suas lideranças. E também criar parcerias para desenvolver itinerários formativos específicos para os cristãos leigos e leigas.



VAMOS CONVERSAR:

- Que pontos queremos destacar sobre a formação dos cristãos leigos e leigas?
- Quais espaços e atividades de formação laical temos em nossa diocese / comunidade?
- Quais demandas de formação laical percebemos em nossa realidade?

PARA SABER MAIS:

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. *Cristãos leigos e leigas na Igreja e na sociedade. Sal da terra e luz do mundo* (Mt 5,13-14). Documentos da CNBB nº 105. Brasília: Edições CNBB; São Paulo: Paulinas, 2016. (Ler números 225 a 240)

COMISSÃO EPISCOPAL PASTORAL PARA O LAICATO. *Parâmetros básicos para a formação do laicato. A formação como exigência humana, cristã, espiritual, do Reino*. Coleção Sal e Luz, vol. 4. Brasília: Edições CNBB, 2021.

XVI ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DO SÍNODO DOS BISPOS. *Por uma Igreja Sinodal: comunhão, participação, missão*. Brasília/DF: Edições CNBB, 2024. (Ler números 140 a 151)





10. *CNLB: Espaço de articulação de pessoas e organizações*

Ninguém é Igreja sozinho. Por isso, o CNLB não é mais uma pastoral ou movimento: é um organismo onde lideranças, grupos, pastorais, movimentos e coletivos diversos se encontram, se articulam e se fortalecem. Essa articulação é importante para a autonomia e o protagonismo laical nos âmbitos eclesiais e nas realidades sociais. Favorecer a participação mais ampla possível de todo o Povo de Deus nos processos de decisão, especialmente no que diz respeito à missão, é o caminho mais eficaz para promover uma Igreja sinodal (Sínodo, n. 87).

Além disso, a defesa da vida e o outro mundo possível demandam o esforço de muita gente, e o CNLB tem a capacidade de agrupar pessoas, organizações e redes para somar forças e agir coletivamente em prol de causas diversas. Na busca de uma sociedade mais igualitária, sinal do Reino, e atentos aos apelos e urgências da realidade contemporânea, assumimos estas bandeiras de luta:

Opção pelos pobres, excluídos e marginalizados, os preferidos de Deus em sua ação libertadora, conforme o anúncio da missão de Jesus (Lc 4,14-21). Buscamos ser presença profética e transformadora nas periferias geográficas e existenciais, nas lutas pelos direitos, na organização popular e na geração de trabalho e renda;

Defesa da vida e dos Direitos Humanos, atuando em conjunto com Conselhos de Direitos, órgãos públicos, redes de proteção, universidades, instâncias de incidência política e controle social, outros Organismos do Povo de Deus e organizações parceiras;

Democracia participativa como forma de governo e organização política, uma conquista histórica que se efetiva na mobilização popular e na ação dos diversos atores políticos. Reforçamos o papel dos cristãos leigos e leigas no cuidado com os pobres, nas políticas públicas e na construção de um país justo, igualitário, democrático, inclusivo e respeitoso da diversidade;

Igreja Povo de Deus, sinodal, comunhão, participação, missão, acolhedora, em saída para as periferias, comprometida com os pobres e com as realidades contemporâneas. Discípulos e discipulas missionárias de Jesus, defendemos a vida em todas as suas formas, especialmente onde está mais ameaçada;

A vida das mulheres e seu protagonismo na Igreja e na sociedade, contra o feminicídio, a discriminação, a violência de gênero e as desigualdades sociais. Valorizamos a diversidade do feminino, sua sensibilidade e forma de ser e cuidar da vida. Acreditamos no protagonismo das mulheres e na necessidade de reforçar a liderança feminina na Igreja e na sociedade;

Negritude e igualdade racial, valorizando a ancestralidade e a sabedoria dos povos africanos trazidos para o Brasil e seu lugar na construção da identidade nacional. Reconhecemos o histórico de racismo estrutural e a violência, discriminação e exclusão social contra a população preta. Por isso, somamos forças na defesa das vidas negras, na luta pela igualdade e na valorização da cultura afro-brasileira;



As causas das juventudes, sacramento do Novo e do Divino que as habita.

Valorizamos a forma como os adolescentes e jovens fazem sua experiência de Deus e indicam ao mundo novas inter-relações, identidades, linguagens, sentidos e caminhos de evangelização. A Igreja e a sociedade têm muito a aprender com as juventudes sobre vida comunitária, participação, organização, cidadania e protagonismo;

Acolhida à diversidade das populações LGBTQIA+, sua luta por direitos, formas de se relacionar com Deus e desejo de fazer parte da comunidade eclesial. Repudiamos toda forma de preconceito, discriminação e violência e acreditamos, como o Papa Francisco, que “Deus nos ama como somos e pela forma como cada um de nós luta pela nossa dignidade”;

Luta pela vida dos povos e comunidades tradicionais, seus territórios e culturas, memória histórica e vida presente, saberes e formas de relação com a Mãe Terra, a água e o Sagrado. Acreditamos na sabedoria ancestral que conecta ser humano, sociedade e planeta: “Tudo está interligado”;

O Bem Viver e a Ecologia Integral como referência para o desenvolvimento econômico, a participação política e a organização da sociedade. É parte da missão cristã denunciar e combater a cultura de morte, o desenvolvimento predatório e a devastação ambiental, assim como defender a vida, dividir os bens e tornar realidade a economia de Clara e Francisco.



Estas bandeiras de luta orientam a atuação do CNLB e das organizações filiadas na sociedade brasileira. As instâncias diocesanas e regionais assumem outras bandeiras, conforme suas realidades e demandas locais.

Além da organização do próprio Conselho, várias iniciativas fortalecem a articulação entre as expressões laicais: Campanha da Fraternidade, Semana Social Brasileira, Grito dos Excluídos e Excluídas, Dia dos Pobres, Dia Nacional dos Cristãos Leigos e Leigas, Romarias, Assembleias, Encontros Nacionais e outros. Lutas e iniciativas locais também agrupam lideranças de vários espaços. Estas atividades nos ajudam a criar laços, fortalecer parcerias e consolidar a atuação em rede e são também espaços formativos.

O mais importante é saber que não estamos sozinhos, que podemos contar uns com os outros para partilhar alegrias e angústias, dividir sonhos e esperanças, somar desejos e projetos. O contato, a convivência e a ação conjunta com outros cristãos leigos e leigas, em sua diversidade de expressões, nos inspiram a agir no chão onde pisamos.

Para isso, o Sínodo orienta a criação de espaços e estruturas sinodais, como as Conferências, Conselhos e Assembleias eclesiais, para favorecer o discernimento coletivo antes da tomada de decisões. Estas estruturas devem ser espaços de escuta e de diálogo entre os sujeitos eclesiais, incluindo os cristãos de outras denominações, as instituições públicas, as organizações da sociedade civil e a sociedade em geral (n. 127).



Nesse sentido, o CNLB também deve se estruturar como organismo sinodal, testemunhando a missão, a participação e a comunhão do Povo de Deus. Alimentando nossa fé no Cristo vivo, fortalecemos o protagonismo laical e nos colocamos a serviço do Reino de Deus, na Igreja e na sociedade.

VAMOS CONVERSAR:

- Que pontos chamaram nossa atenção, no texto?
- Quais pastorais, movimentos e organizações fazem parte do CNLB ou Equipe de articulação da nossa diocese?
- Como o CNLB pode contribuir na organização, formação e missão dos cristãos leigos e leigas, em seus diferentes grupos e organizações?

PARA SABER MAIS:

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. *Cristãos leigos e leigas na Igreja e na sociedade. Sal da terra e luz do mundo (Mt 5,13-14)*. Documentos da CNBB nº 105. Brasília: Edições CNBB; São Paulo, Paulinas, 2016. (Ler números 201 a 208)

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. *Missão e ministérios dos cristãos leigos e leigas*. Documentos da CNBB nº 62. São Paulo: Paulinas, 1999 (2007). (Ler números 87 a 93)

XVI ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DO SÍNODO DOS BISPOS. *Por uma Igreja Sinodal: comunhão, participação, missão*. Brasília/DF: Edições CNBB, 2024. (Ler números 114 a 129)

Anexos

Anexo 1: A caminhada do laicato na Igreja do Brasil

Adaptado e ampliado do texto de Laudelino Augusto dos Santos Azevedo e da Agenda Formativa 2025 do CNLB

As primeiras experiências laicais

As primeiras organizações de leigos no Brasil foram as congregações marianas, irmandades, confrarias e associações. Algumas delas chegaram com os Jesuítas, no século XVI, e outras se formaram depois. Em geral, atuavam na dimensão mais devocional, na caridade e na assistência aos pobres. Os jovens participavam da Cruzada Eucarística, Filhas de Maria e, depois, de outros grupos coordenados por adultos.

Nas primeiras décadas do século XX, os Bispos do Brasil criaram a Confederação das Associações Católicas, para articular as várias formas organizativas laicais existentes. Em 1935, Dom Sebastião Leme da Silveira Cintra instituiu oficialmente a Ação Católica Geral, para favorecer a “participação organizada do laicato católico do Brasil no apostolado hierárquico, para a difusão e atuação dos princípios católicos na vida individual, familiar e social”. Articulada em âmbito nacional, teve presença significativa na realidade eclesial e social naquele período, dando um novo rosto à Igreja e sua missão na sociedade.

A abrangência da Ação Católica a tornava uma organização representativa do laicato do Brasil, organizada em quatro ramos fundamentais – adulto (masculino e feminino) e juventude (masculina e feminina) – e alguns segmentos sociais: estudantil, agrário, operário e universitário. Também nasceram outras expressões voltadas a operários e grupos de intelectuais.

Entre a juventude, a Ação Católica se firmou em Juventude Agrária Católica (JAC), Juventude Estudantil Católica (JEC), Juventude Independente Católica (JIC), Juventude Operária Católica (JOC) e Juventude Universitária Católica (JUC). A principal diferença entre as organizações laicais anteriores era a inserção social, como presença cristã nos espaços da sociedade.

A Ação Católica cresce de forma significativa até os anos 1950, quando a maioria da população brasileira passa a ser urbana. Com a mudança no perfil dos fiéis, a Igreja necessita adotar novos métodos de evangelização. Vem da Ação Católica a metodologia do Ver-Julgar-Agir, que depois foi assumida pela Igreja do Brasil e da América Latina.

Na década de 1950 nasce também a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB, com incentivo do Monsenhor Montini, que mais tarde se tornaria o Papa Paulo VI. Criada em 14 de outubro de 1952, a CNBB tem em sua primeira presidência Dom Alfredo Vicente Scherer, Dom Mário de Miranda Vilas Boas e Dom Antônio Morais de Almeida Júnior. O primeiro Presidente é o cardeal Carlos Carmelo

de Vasconcelos Motta, então arcebispo de São Paulo, e o secretário-geral, Dom Helder Câmara, então bispo auxiliar do Rio de Janeiro.

Pouco depois, em 1955, o Papa Pio XII atende aos pedidos do episcopado da América Latina e Caribe e cria o Conselho Episcopal Latino-Americano e Caribenho – CELAM, com a função de atuar na comunidade, formação, pesquisa e reflexão sobre o continente americano.

O contexto da ditadura militar

A década de 1950 marca tanto o processo de industrialização do Brasil, com o já citado aumento da população urbana, quanto o crescimento da Ação Católica Geral e Especializada. A atuação social dos grupos é vista como subversiva após o golpe militar de 1964. Por isso, os militares decretam a Ação Católica ilegal, o que resulta em perseguições, desaparecimentos e mortes de seus militantes.

A CNBB atuou de forma profética nesse contexto. Vários foram os bispos que defenderam a vida das lideranças leigas e religiosas, como Dom Paulo Evaristo Arns, Dom Angélico Sândalo, Dom Helder Câmara, Dom Pedro Casaldáliga, Dom Aloísio Lorscheider, Dom Waldyr Calheiros, entre outros. Muitos religiosos e leigos também se somaram ao movimento de resistência, assim como artistas e políticos.

Além deste contexto de repressão, a Ação Católica enfrentava dificuldades com segmentos conservadores da própria Igreja, que defendiam a ditadura. Estes fatores levaram ao enfraquecimento da

Ação Católica e, depois, à sua extinção total. Posteriormente, algumas frentes se recompuseram com outros nomes, inspirados nesta experiência, mas sem a abrangência necessária para articular e representar o laicato em âmbito nacional.

O Concílio Vaticano II

Ao final do Concílio Ecumênico Vaticano II (1962–1965), a ditadura militar já estava instalada no Brasil. Havia contraste entre o contexto de repressão e o movimento de *aggiornamento* provocado pelo Concílio, que “retomou a teologia da Igreja como comunhão na diversidade, povo santo de Deus, peregrino e evangelizador, corpo de Cristo presente e atuante na história dos seres humanos, templo do Espírito Santo” (Cf. CNBB 105, n. 92).

No contexto da América Latina, o CELAM organiza a Conferência Episcopal de Medellín, na Colômbia, em 1968, para atualizar as inspirações do Vaticano II nas realidades latino-americanas. A discussão sobre o laicato ganha abrangência continental. Posteriormente, a Conferência de Puebla, no México, em 1979, destaca a organização da ação dos leigos como sinal de comunhão e participação na vida da Igreja.

O espírito conciliar leva os bispos do Brasil a propor que as Diretrizes e Planos Pastorais fossem elaborados com a participação de representantes de todas as vocações e ministérios, ou seja, dos cristãos bispos, presbíteros, religiosos e religiosas, leigos e leigas. Ainda não

havia sido restaurado o diaconato permanente. Esta proposta não foi aprovada pelo Vaticano, com o argumento de que a elaboração das Diretrizes e Planos era competência do episcopado. Os Bispos obedeceram, mas, aos poucos, a CNBB foi criando, apoiando e reconhecendo os Organismos representativos das várias vocações e ministérios, de forma processual e participativa.

Além da CNBB, fundada em 1952, a Igreja contava com a Conferência dos Religiosos e Religiosas do Brasil – CRB, fundada em 1954. Depois, foram criadas a Comissão Nacional do Clero – CNC, que, após a restauração do Diaconato Permanente, tornou-se Comissão Nacional de Presbíteros – CNP; e a Comissão Nacional de Diáconos – CND, em 1981, após um tempo de consolidação. A Conferência Nacional dos Institutos Seculares do Brasil – CNISB existe desde 1971.

Para completar a organização dos membros do Corpo Místico de Cristo, faltava o organismo de representação dos cristãos leigos e leigas, imensa maioria do Povo de Deus. O contexto pós-Vaticano II indicava a necessidade de um “laicato cristão maduro”, consciente de sua vocação e disposto a uma ação evangelizadora nos diversos espaços da Igreja e do mundo.

O Decreto Conciliar *Ad Gentes* – sobre a atividade missionária da Igreja (n. 21), de 1965, foi motivador: “A Igreja não está verdadeiramente formada, nem vive plenamente, nem é representação perfeita de Cristo entre as pessoas enquanto não exista e trabalhe com a hierarquia um laicato propriamente dito”.

O apostolado específico dos leigos é tratado no decreto *Apostolicam Actuositatem*, também de 1965, que recomenda: “Haja em todas as dioceses conselhos que ajudem a obra apostólica da Igreja, quer no campo da evangelização e santificação quer no campo caritativo, social e outros, onde os clérigos e os religiosos colaborem de modo conveniente com os leigos. Tais órgãos poderão servir para coordenar as diversas associações de leigos e suas iniciativas apostólicas, respeitando a índole e autonomia própria de cada uma” (AA, 26).

Nesse processo, os cristãos leigos e leigas foram reconhecendo a necessidade de se organizarem a partir de sua identidade, vocação, espiritualidade e missão, o que inspira a criação de um organismo de representação do laicato.

A criação do Conselho Nacional do Laicato do Brasil

A XI Assembleia Geral da CNBB, em 1970, teve os “Leigos” como tema, e os bispos votaram vários encaminhamentos. Entre as questões apresentadas, houve uma consulta: “Aceita que o Secretariado Nacional do Apostolado Leigo – SNALE, comece já a preparar o funcionamento de um futuro organismo de leigos?”. A maioria manifestou-se favoravelmente: 147 sim, 23 sim com reservas e 3 não (CNBB 1970, p. 23-26).

O SNALE deu andamento à proposta aprovada organizando três Encontros Nacionais com dirigentes dos Movimentos e Expressões Laicais existentes na época, em 1972, 1973 e 1974, e daí teve iní-

cio o projeto de criação de um organismo próprio dos cristãos leigos e leigas no Brasil.

Em novembro de 1975, aconteceu uma Assembleia para a constituição do CNL – Conselho Nacional de Leigos e foi votado um Estatuto experimental. A segunda Assembleia Geral, realizada em julho de 1976, na Casa da Legião de Maria, em Jacarepaguá/RJ, ratificou as deliberações anteriores e introduziu algumas modificações no Estatuto experimental. Assim, o CNL ficou definitivamente criado (Cf. 1º Informativo do CNL, 1976).

Segundo Dom Marcelo Carvalheira, então bispo referencial para o Laicato, “sem essa organização em conselhos próprios, fundamentados no mistério da Igreja comunhão e missão e, conseqüentemente, na teologia dos ministérios, parece-nos impossível enfrentar, hoje, no mundo atual, com toda a sua complexidade, o desafio da nova evangelização. Daí ser necessário que não só participem de conselhos mais diversificados e, em si, mais significativos da comunhão eclesial, como os conselhos pastorais, paroquiais ou diocesanos, nos quais se acham também sacerdotes e religiosos (ChL, n. 25-27), mas também, de modo mais específico e com a autonomia que lhes cabe, é preciso que se organizem em conselhos especiais de leigos, nos vários níveis diocesanos, regionais e nacional. Há problemas na evangelização do mundo hoje a que só os cristãos leigos articulados e até organizados oficialmente podem dar resposta, também como Igreja inserida no mundo. Serão organizações análogas às de outros grupos organizados em conferências, conselhos e comissões” (1989, p. 1580-1587).

Na década de 1980, o CNL começou a visitar os Regionais da CNBB, contemplando movimentos eclesiais, pastorais, CEBs e outras expressões laicais para organizar o laicato nas bases. Aos poucos foram surgindo e se consolidando os Conselhos Regionais de Leigos – CRL, que articularam os Conselhos Diocesanos de Leigos – CDL, até o CNL ganhar expressão a partir das bases.

Em nível de América Latina, o CELAM realiza a Conferência de Santo Domingo, na República Dominicana, em 1992, por ocasião dos 500 anos do início da evangelização no Novo Mundo. Além de destacar a Nova Evangelização, a Conferência insiste na organização dos conselhos de leigos, apontando-os como “lugares de encontro, diálogo e serviço, que contribuam para o fortalecimento da unidade, da espiritualidade e da organização do laicato” (SD, 98b).

No Brasil, o CNL vive um movimento de expansão e crescimento e, em 1997, adota o nome Conselho Nacional de Leigos e Leigas Católicos do Brasil. Em 2004, muda para Conselho Nacional do Laicato do Brasil – CNLB, pelo qual é conhecido até hoje.

Desde seu início, o CNLB buscou a comunhão com os outros organismos do Povo de Deus e, ao mesmo tempo, a autonomia e a organização do próprio laicato. Em sua caminhada, consolidou-se como Organismo de representação, articulação e formação do laicato em suas diferentes realidades e expressões, acompanhando as mudanças na conjuntura eclesial e social do país.

Acontecimentos significativos na história do CNLB

- Entre 1981 e 1986, a visita da instância nacional a todos os Regionais do Brasil, exceto o Extremo Oeste.
- Agosto de 1987: O 1º Encontro Nacional de Leigos reúne 500 cristãos leigos e leigas de todo o Brasil no Centro Mariápolis Ginetta, dos Focolares, em Vargem Grande Paulista/SP. Com o tema “Leigo: presença, compromisso, participação na Igreja e no mundo”, os participantes buscam contribuir com o Sínodo Mundial dos Bispos sobre os Leigos. Dom Luciano Mendes de Almeida, então presidente da CNBB, encaminha as resoluções do Encontro para o Sínodo.
- Outubro de 1987: O Sínodo dos Bispos sobre os Leigos reflete questões como o papel da mulher, a descentralização da autoridade da Igreja e a maior participação dos leigos na tomada de decisões. Estas reflexões estão na exortação apostólica *Christifideles Laici* (1988).
- 1987-1988: Estudo das propostas e emendas para a Constituinte.
- 1988: Revisão do Estatuto do CNL, aprovado em sua VII Assembleia Geral, que vigorou até 1997; e criação dos Cadernos CNL, para contribuir na formação do laicato.
- 1989: Criação da Comissão de Formação, para contribuir na organização do laicato e articular as experiências existentes nas dioceses e regionais. Em seguida são criadas as Comissões Regionais de Formação.
- 1991: A X Assembleia do CNL aprova a comemoração anual do Dia

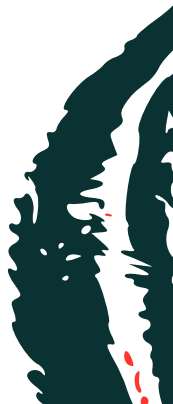
do Leigo na Solenidade de Cristo Rei, seguindo a tradição da Ação Católica, e a elaboração de um subsídio próprio para reflexão. Nesta Assembleia também é aprovada a Carta de Princípios do CNL.

- 1991: 1ª Assembleia dos Organismos do Povo de Deus, em Itaici/SP, com a participação de 200 leigos e leigas.
- 1993: II Encontro Nacional de Leigos, em Lins/SP, com o tema “Os cristãos e os desafios do Brasil: presença e compromisso”.
- 1996: III Encontro Nacional de Leigos, em Goiânia/GO, com o tema “Cidadania: construção e compromisso do cristão”.
- 1997: Revisão do Estatuto do CNL, que passa a se chamar Conselho Nacional de Leigos e Leigas Católicos do Brasil.
- Abril de 1999: Publicação do Documento 62 da CNBB – “Missão e ministério dos cristãos leigos e leigas”.
- Junho de 1999: A Assembleia Geral Extraordinária do CNLB, em Belo Horizonte/MG, aprova o modelo de uma conferência de leigos. A 1ª Conferência de Leigos acontece como evento em Fortaleza/CE, em 2001, mas o Pontifício Conselho para os Leigos, da Santa Sé, não aprova o formato por considerá-lo um organismo paralelo à CNBB.
- 2000: Celebração do Jubileu dos Leigos, em Roma, dentro do Grande Jubileu do ano 2000.
- 2000: 1º Encontro Nacional de Movimentos Eclesiais – ENME, em Goiânia/GO, organizado pelo Setor Leigos da CNBB e o CNLB.
- 07 a 09 de fevereiro de 2001: Encontro de Leigos do Cone Sul, em Montevideu, com participação de leigos e leigas do Brasil, Chile, Argentina, Paraguai e Uruguai.

- 2003: IV Encontro Nacional dos Cristãos Leigos e Leigas, em Goiânia/GO, com o tema “Vocação laical: chamado de Deus, resposta humana”. É uma atividade inserida no Ano Vocacional, com o tema “Batismo, fonte de todas as vocações” e o lema “Avancem para águas mais profundas” (Lc 5,4).
- 2004: Uma nova revisão estatutária traz várias atualizações, inclusive a denominação Conselho Nacional do Laicato do Brasil – CNLB. A CNBB aprova os estatutos canônicos do CNLB, que vigoram até 2025.
- 2005: O CNLB se torna canonicamente um Organismo da Igreja do Brasil.
- Fevereiro de 2005: Instalação do Centro Nacional de Fé e Política Dom Helder Câmara, em Brasília/DF.
- Maio de 2007: 1º Seminário Americano de Teologia, em Pindamonhangaba/SP, com o tema “América Latina, cristianismo e Igreja no século XXI” e presença de mais de 200 pessoas de 17 países.
- Maio de 2007: V Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano, em Aparecida/SP, com participação do CNLB.
- Junho de 2007: V Encontro Nacional do Laicato do Brasil, em Sumaré/SP, com o tema “Ser cristão hoje: desafio e esperança”.
- 2007: Criação das Comissões de Fé e Política – CNFP, Juventude – CNJ e Assessoria Permanente – CAP do CNLB.
- 2010: 1º Encontro Nacional com Associações Laicais nascidas de Carismas de Ordens e Congregações Religiosas, hoje denominadas Famílias dos Carismas, organizado pela Comissão Pastoral para o Laicato, CRB e CNLB.

- 2010: Aprovação da Lei Complementar 135/2010, a “Lei da Ficha Limpa”, após ampla mobilização do CNLB.
- 2011: Encontro “O papel do CNLB e das demais organizações eclesiais e sociais na esfera política”, em São Paulo/SP.
- 2012: Seminário “Fé e Política na América Latina de hoje”, em Curitiba/PR.
- Março de 2013: O cardeal Jorge Mario Bergoglio é eleito Papa, após a renúncia de Bento XVI, e assume o nome Francisco.
- Novembro de 2013: *Evangelii Gaudium*, primeira exortação apostólica do Papa Francisco, dirigida “ao episcopado, ao clero, às pessoas consagradas e aos fiéis leigos sobre o anúncio do Evangelho no mundo atual”.
- Maio de 2015: Publicação da Carta Encíclica *Laudato Si'*, sobre o cuidado da Casa Comum.
- Junho de 2015: VI Encontro Nacional do Laicato, em Vargem Grande Paulista/SP, comemorando os 40 anos do CNLB.
- Abril de 2016: Publicação do documento 105 da CNBB – “Cristãos leigos e leigas na Igreja e na sociedade: Sal da terra e luz do mundo” (Mt 5,13-14).
- Novembro de 2017 a novembro de 2018: Ano do Laicato no Brasil, com o tema “Cristãos leigos e leigas, sujeitos numa ‘Igreja em saída’, a serviço do Reino”, e o lema “Sal da terra e luz do mundo” (Mt 5,13-14).
- Novembro de 2018: Congresso Continental de Leigos e Leigas, em Mariápolis/SP, com 130 representantes de 10 países: Argentina, Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, México, Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela.

- Junho de 2019: VII Encontro Nacional do Laicato, em Cuiabá/MT, com o tema “Cristãos leigos e leigas na Igreja e na sociedade: um novo olhar e um novo agir” e o lema “Eu vi, ouvi e desci” (Ex 3,7).
- Outubro de 2019: Sínodo da Amazônia, com o tema “Novos caminhos para a Igreja e para uma ecologia integral”.
- 2021: Publicação do documento “Parâmetros básicos para a formação do laicato. A formação como exigência humana, cristã, espiritual, do Reino”, elaborado pela Comissão Episcopal Pastoral para o Laicato.
- Outubro de 2021: O Papa Francisco lança o Sínodo sobre a sinodalidade, a realizar-se até 2024.
- Novembro de 2021: 1ª Assembleia Eclesial da América Latina e do Caribe, em Guadalupe, México, organizada e realizada de forma online pelo Conselho Episcopal Latino-Americano e Caribenhos – CELAM, com ampla participação dos cristãos leigos e leigas.
- Fevereiro de 2023: Seminário Internacional “Pastores e Leigos, chamados a caminhar juntos”, promovido pelo Dicastério para os Leigos, Família e Vida, em Roma, com participação do CNLB e da Comissão Episcopal para o Laicato da CNBB.
- 2023: Início do projeto Encantar a política.
- Março de 2023: Fase continental do Sínodo sobre a Sinodalidade, em Brasília/DF.
- Outubro de 2023: 1ª sessão do Sínodo sobre a Sinodalidade, no Vaticano.
- Outubro de 2024: 2ª sessão do Sínodo sobre a Sinodalidade, no Vaticano.



- 2025: Aprovação do novo Estatuto do CNLB.
- 11 de março de 2025: Papa Francisco convoca uma Assembleia Eclesial de toda a Igreja Católica, a realizar-se em outubro de 2028, para avaliar o estado da concretização da sinodalidade nas igrejas locais e em todas as comunidades religiosas.
- 21 de abril de 2025: Páscoa do Papa Francisco.
- 08 de maio de 2025: Eleição do Papa Leão XIV.
- 19 a 22 de junho de 2025: 8º Encontro Nacional do Laicato, em Aparecida/SP, e celebração do Jubileu de 50 anos do CNLB.



Anexo 2: Carta de princípios do CNLB

Nós, cristãos leigos e leigas do Brasil, articulados no Conselho Nacional do Laicato do Brasil, assumimos os seguintes princípios:

Empenharmo-nos para que nossa Igreja viva a Comunhão e Participação, na diversidade de Ministérios e Carismas, verdadeiro Povo de Deus, onde haja corresponsabilidade de forma orgânica, e seja o sinal vivo do Reino de Deus.

Assumir uma ação profético-missionária, num processo de conversão permanente da Igreja ao Evangelho “para que o mundo creia” e ela seja sinal e instrumento de transformação da sociedade.

Aprofundar e difundir uma espiritualidade encarnada nas várias realidades, vivenciada na comunhão, inspirada no testemunho das bem-aventuranças, que se expressa especialmente na evangélica opção preferencial pelos oprimidos, assumida e proclamada pela Igreja da América Latina.

Mobilizar processos de formação do laicato e subsidiar os dos organismos filiados, desenvolvendo uma consciência crítica, para que nossa ação seja mais eficaz no mundo e coerente com o nosso batismo.

Valorizar as diferentes culturas e exigências do Reino de Deus.

Incentivar o laicato a participar nas mais variadas formas associativas e espaços públicos, tais como partidos políticos, sindicatos,

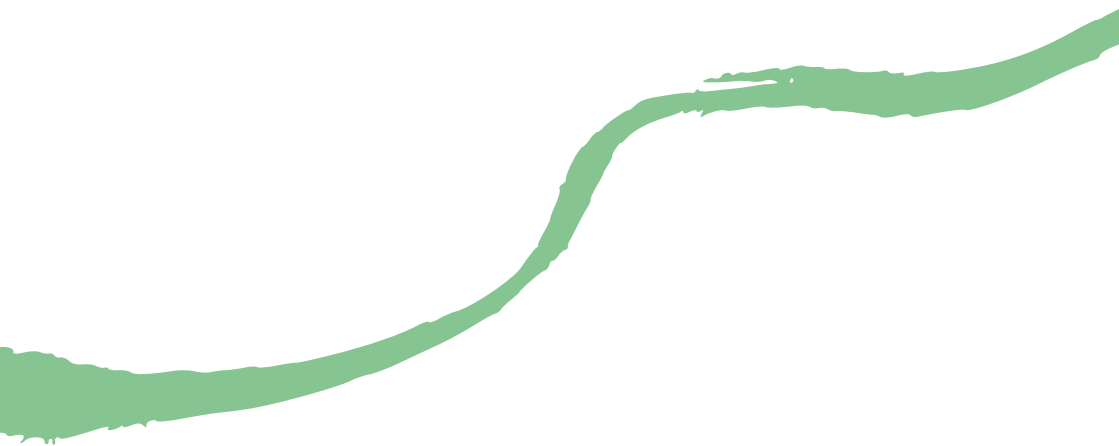
associações, conselhos, movimentos sociais e populares e outras organizações que combatam a injustiça e a opressão, em favor da vida e da esperança, no compromisso da construção da sociedade justa, fraterna e solidária.

Assumir uma atitude de abertura ecumênica e de diálogo inter-religioso, comprometendo-nos também em programas comuns, na construção da justiça e na defesa da vida.

Valorizar o potencial evangelizador dos pobres e excluídos.

Incentivar o espírito comunitário, valorizando a pessoa em todas as suas dimensões, criando um espaço eclesial próprio para o diálogo entre os leigos, na pluralidade dos carismas e experiências.

Estimular e subsidiar a nossa participação permanente nos processos de planejamento, decisão e avaliação da Ação Evangelizadora da Igreja no Brasil, nos âmbitos nacional, regional e diocesano.



Anexo 3: Estratégias de como organizar o CNLB

Há muitas possibilidades para iniciar a estruturação do CNLB local. Apresentamos aqui um processo com 3 passos fundamentais, que podem ser adaptados conforme a realidade local.

O CNLB é um Organismo de Comunhão eclesial, então é importante fazer esse processo mantendo o diálogo constante com os outros sujeitos eclesiais da Igreja local: presbíteros, diáconos, vida religiosa consagrada, Institutos Seculares e, principalmente, com o bispo diocesano, “sinal visível e artífice da comunhão eclesial” (CNBB 105, n. 221).

- 1. Agrupar:** O primeiro passo é juntar um grupo de cristãos leigos e leigas para iniciar o trabalho como equipe de articulação. Convidem representantes das pastorais, movimentos e expressões laicais. Lembrem-se também daqueles que atuam com compromisso cristão na sociedade: professores, comerciantes, profissionais liberais... Quanto mais plural o grupo, mais eficazmente o CNLB conseguirá atingir seus objetivos.
- 2. Estudar:** Já com um grupo inicial formado, realizar uma jornada formativa deste subsídio, que nos ajuda a conhecer mais o laicato e sua identidade a partir dos documentos da Igreja, como o Documento 105 da CNBB: Cristãos leigos e leigas na Igreja e na sociedade. Sal da terra e luz do mundo (Mt 5,13-14). Este Documento é a chave para se iniciar a caminhada do CNLB local, pois apresenta os fundamentos da identidade, vocação, espiritualida-

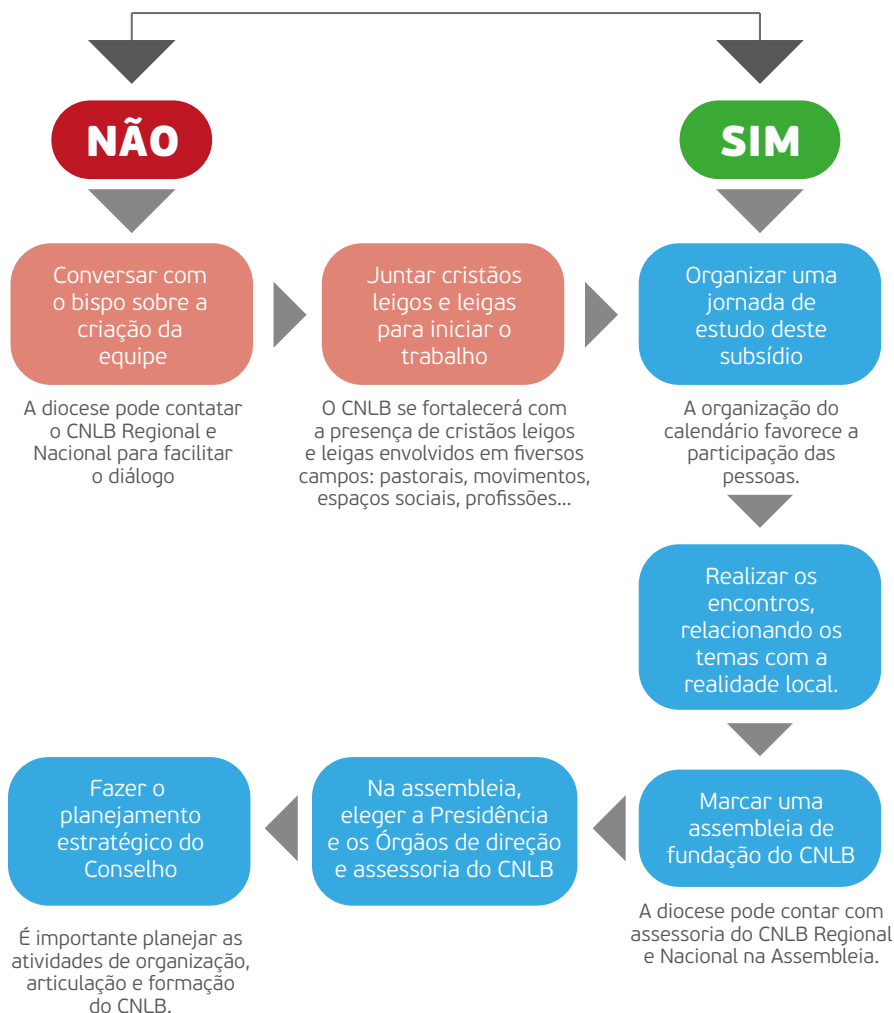
de e missão do laicato. Outros documentos também merecem ser estudados nesta etapa formativa, pois é aqui que se firmará a identidade do conselho nascente.

- 3. Organizar:** Após o período de estudos e reflexão, quando o grupo se sentir maduro para tal, podem marcar uma Assembleia de Fundação, na qual é eleita a Presidência e os órgãos de direção e assessoria do CNLB nascente, tendo por base a organização da instância nacional.

Ao se decidir pela articulação do CNLB local, a diocese deve fazer contato com a instância Regional e Nacional, que podem ajudar neste processo com subsídios e assessoria, além de facilitar o diálogo com a hierarquia.

Passo a passo para criar o CNLB local

A DIOCESE JÁ TEM EQUIPE DE ARTICULAÇÃO FORMADA?



Passo a passo para dinamizar o CNLB local

O CNLB FUNCIONA BEM?



Anexo 4: Perguntas frequentes

Por que organizar um Conselho de Leigos se já temos um Conselho de Pastoral na diocese?

É diferente! O Conselho de Pastoral não reúne somente os cristãos leigos e leigas, mas todos os segmentos da Igreja para planejar e executar as atividades pastorais da Diocese. Já no Conselho de Leigos participam os cristãos leigos e leigas que procuram articular e organizar a ação do laicato na vivência da sua vocação e missão como presença evangelizadora na Igreja e na sociedade.

Por que criar o CNLB?

Pela necessidade de organizar a atuação do laicato de forma mais eficaz e efetiva. O Organismo une forças das diversas expressões laicais, bem como dos cristãos leigos e leigas que atuam em várias frentes da missão eclesial e social.

Quem faz parte do CNLB?

Todos os cristãos leigos e leigas: representantes dos movimentos, pastorais, serviços e associações; aqueles que estão nas comunidades eclesiais sem participar de alguma organização laical; e os que são presença cristã nos diversos espaços da sociedade, como educação, cultura, comunicação, política, Direitos Humanos e coletivos sociais.

Podemos chamar o CNLB de Equipe de leigos, movimento de leigos ou pastoral dos leigos?

Não, o Conselho não é uma pastoral, movimento ou equipe. O CNLB é um Organismo de Comunhão com a tarefa de articular, organizar e representar o laicato para pensar aquilo que lhes é comum: a vocação e a missão dos cristãos leigos e leigas.

O que faz o CNLB?

O CNLB é espaço privilegiado de reflexão e formação do laicato; busca articular os cristãos leigos e leigas para assumir sua missão de agir no tecido social, unindo fé e vida; fermentar a realidade humana a partir da Palavra de Deus e do Ensino Social da Igreja, em vista da transformação da sociedade.

O CNLB local deve seguir a mesma estrutura da instância nacional?

É importante manter a sintonia entre as instâncias locais, regionais e nacional, mas o Conselho tem autonomia para adaptar a estrutura às suas necessidades. O Organismo precisa ter uma Presidência e Comissões ou Grupos de trabalho para dinamizar sua ação.

Quais são os principais documentos da Igreja que falam da importância do Conselho de Leigos?

- Os documentos do Concílio Vaticano II trazem as primeiras reflexões e propostas sobre a identidade, vocação e missão dos leigos. Destaque para as exortações apostólicas *Lumen Gentium*

– *LG, Gaudium et Spes* – *GS e Apostolicam Actuositatem* – *AA*. Esta última é documento-chave para entender as diferentes formas de organização dos leigos.

- A Conferência do Episcopado da América Latina em Medellín (1968), recepcionando o Concílio Vaticano II, abordou a temática do laicato e sua organização; destaque para o Documento “Movimentos de Leigos”.
- A Conferência de Puebla (1979) tratou da organização do laicato, ressaltando a necessidade da integração e “de órgãos de animação e coordenação”.
- Na Conferência de Santo Domingo (1992), o episcopado latino-americano falou explicitamente sobre os Conselhos de Leigos.
- O documento da Conferência de Aparecida (2007) reconheceu o valor dos “Conselhos Paroquiais, Conselhos diocesanos e nacionais de fiéis leigos”.
- O Código de Direito Canônico, outorgado pelo Papa João Paulo II em 1983, abordou também a realidade laical, falando claramente sobre o direito de organização dos leigos.
- Em dezembro de 1988, o Papa João Paulo II publicou sua Exortação Apostólica *Christifideles Laici* como resultado do Sínodo de 1987 sobre a vocação e missão dos fiéis leigos e reconheceu o direito de organização dos fiéis leigos na Igreja.

- “Fundamentos Eclesiológicos da Organização dos cristãos leigos”, de Dom Marcelo Carvalheira.
- “Uma Conferência Nacional de Cristãos Leigos”, de Dom Aloísio Lorscheider.
- Entre os vários documentos da CNBB, citamos o 62 – “Missão e Ministérios dos Cristãos Leigos e Leigas” e o 105 – “Cristãos Leigos e Leigas na Igreja e na Sociedade”.
- Do Papa Francisco, entre outros, “O indispensável compromisso dos leigos na vida pública dos países latino-americanos” (2016).



Anexo 5: Organismos do Povo de Deus da Igreja do Brasil



Anexo 6: Organizações filiadas ao CNLB

- Associação do Divino Salvador
- Comunidade de Vida Cristã – CVX
- Confederação Nacional das Congregações Marianas do Brasil
- Encontro Matrimonial Mundial
- Equipes Docentes do Brasil
- Instituição Teresiana
- Juventude Franciscana – Jufra
- Legião de Maria
- Maristas de Champagnat
- Movimento da Boa Nova – MOBON
- Movimento Cursilhos de Cristandade
- Movimento Familiar Cristão – MFC
- Movimento Fé e Luz
- Movimento Focolares
- Obra Kolping do Brasil
- Ordem dos Carmelitas Descalços Seculares
- Ordem Franciscana Secular – OFS
- Orientação Vivencial Sacramental – OVISA
- Pastoral da Criança
- Pastoral da Juventude – PJ
- Pastoral da Juventude Rural – PJR
- Rede Nacional de Grupos Católicos LGBT
- Renovação Carismática Católica – RCC
- Renovação Cristã do Brasil – MIAMSI
- Sociedade de São Vicente de Paulo – Vicentinos

Anotações

[illegible]

Anotações

[illegible]

Anotações

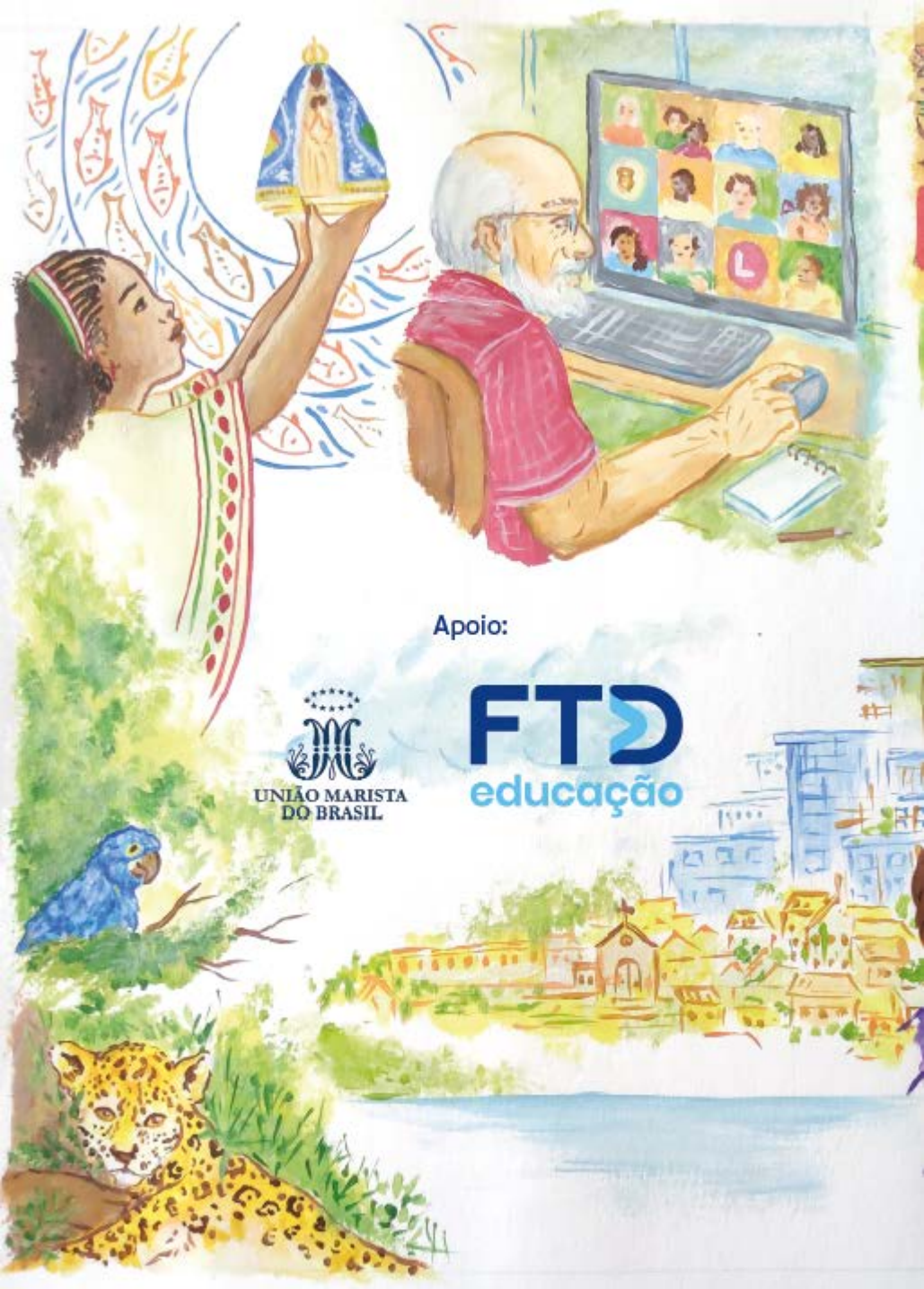
[illegible]

Anotações

[illegible]

Anotações

[illegible]



Apoio:



FTD
educação